ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE VITÓRIA – EMESCAM PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL

RAFAEL DE REZENDE COELHO

O CONTROLE SOCIAL DA POLÍTICA AMBIENTAL:
O CASO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO PARQUE
ESTADUAL PAULO CESAR VINHA - PEPCV

VITÓRIA

RAFAEL DE REZENDE COELHO

O CONTROLE SOCIAL DA POLÍTICA AMBIENTAL: O CASO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO PARQUE ESTADUAL PAULO CESAR VINHA - PEPCV

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória — EMESCAM, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Larissa Letícia Andara Ramos.

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

(Biblioteca da EMESCAM, Espírito Santo, ES, Brasil)

C672c Coelho, Rafael de Rezende, 1982-

O Controle Social da Política Ambiental: o caso da Unidade de Conservação Parque Estadual Paulo Cesar Vinha - PEPCV / Rafael de Rezende Coelho. – 2013.

101 f. il.

Orientadora: Larissa Letícia Andara Ramos.

Dissertação (mestrado) – Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misercórdia de Vitória, EMESCAM.

1. Parque Estadual Paulo Cesar Vinhas (Guarapari, ES). 2. Unidades de Conservação. 3. Controle Social. I. Ramos, Larissa Letícia Andara. II. Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misercórdia de Vitória. EMESCAM. III. O Controle Social da Política Ambiental: o caso da Unidade de Conservação Parque Estadual Paulo Cesar Vinha - PEPCV.

CDU: 36

RAFAEL DE REZENDE COELHO

O CONTROLE SOCIAL DA POLÍTICA AMBIENTAL: O CASO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO PARQUE ESTADUAL PAULO CESAR VINHA - PEPCV

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, como requisito parcial para à obtenção do grau de mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

Aprovada em	de	de 2013.
BANCA EXAMIN	ADORA	
	Letícia Andara Ramos Ciências da Santa Ca	sa de Misericórdia de Vitória -
EMESCAM		
Prof ^a . Dr ^a . Gilsa He		1 34: 1 2 1: 1 37:21
Escola Superior de	Ciências da Santa Ca	sa de Misericórdia de Vitória -
EMESCAM		
Prof ^a . Dr ^a . Cecília I	Baptistotte	
ICMBio/Projeto TA	AMAR	

1 2012

LISTA DE SIGLAS

AAGUA Associação Ambiental de Guarapari

ACAPEMA Associação Capixaba de Economia e Meio Ambiente

EA Educação Ambiental

AESB Associação Espírito Santense de Biologia

AGAPAN Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural

APA Área de Proteção Ambiental

AVIDEPA Associação Vilavelhense de Proteção Ambiental AMABARRA Associação de Meio Ambiente da Barra do Jucu

EMESCAM Escola de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória

ES Espírito Santo

CNUC Cadastro Nacional de Unidades de Conservação

CNS Conselho Nacional de Saúde

CONREMAS Conselhos Regionais de Meio Ambiente
CONSEMA Conselho Estadual de Meio Ambiente
CST Companhia Siderúrgica Tubarão
CUT Central Única dos Trabalhadores
DCE Diretório Central Estudantil

CREA Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

CVRD Companhia Vale do Rio Doce CUT Central Única dos Trabalhadores FAESA Faculdade Integrada São Pedro

INJAPA Instituto Jacarenema de Pesquisa Ambiental

FAMOPES Federação das Associações de Moradores do Espírito Santo

IBAMA Instituto Brasileiro de Meio Ambiente

ICMBio Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade IEMA Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Economia IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MST Movimento Sem Terra

MMA Ministério do Meio Ambiente
ONU Organização das Nações Unidas
ONG Organização Não Governamental

PAC Programa de Aceleração do Crescimento

PGE Procuradoria Geral do Estado

OSCIP Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

OIT Organização Internacional do Trabalho

OS Organizações Sociais

PEPCV Parque Estadual Paulo Cesar Vinha PNAP Plano Nacional de Áreas Protegidas SEMA Secretaria Especial de Meio Ambiente

SNUC Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TAMAR Tartaruga Marinha

UFES Universidade Federal do Espírito Santo

UCS Unidades de Conservação

UNESCO Organização das Nações Unidas para Ciência e Cultura

IUNC Union International for the Natural Conservation

URGE União da Representatividade Guarapariense de Entidades

WWF World Wildlife Fund

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Localização do Parque Estadual Paulo Cesar Vinha
Figura 2	Educação ambiental – ambientalista Leonardo Merçon
Figura 3	Desenhos ilustrativos sobre educação ambiental
Tabela 1	Tabela consolidada das Unidades de Conservação brasileira

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO11
2 A POLÍTICA AMBIENTAL BRASILEIRA E SUA CORRELÃO COM A POSSE
E O DOMÍNIO DA TERRA NA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO PARQUE
ESTADUAL PAULO CESAR VINHA27
2.1 AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E A PARCERIA PÚBLICO
PRIVADO27
2.2 CARACTERÍSTICAS DAS POPULAÇÕES DO ENTORNO E INTERIOR DAS
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL32
2.3 A POSSE E O DOMÍNIO DA TERRA NA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO
PARQUE ESTADUAL PAULO CESAVINHA36
2.4 CONFLITO NA CRIAÇÃO E A TEMPORALIDADE DO USO E OCUPAÇÃO DO
SOLO DO PEPCV40
2.5 A POPULAÇÃO DO ENTORNO DO PEPCV42
3 REDEMOCRATIZAÇÃO DAS POLÍTICAS NO BRASIL E CONTROLE
SOCIAL NA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO PARQUE ESTADUAL PAULO
CESAR VINHA46
3.1 O DESDOBRAMENTO DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA EM
CONSELHOS46
3.2 O MOVIMENTO AMBIENTALISTA DO ESPÍRITO SANTO E SEU
DESDOBRAMENTO EM CONSELHO54
3.3 A POLÍTICA AMBIENTAL, CONSELHOS E ONG'S57
3.4 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO CONTROLE SOCIAL NO ESPAÇO DO
CONSELHO GESTOR DO PEPCV61
3.5 AÇÕES DO CONSELHO GESTOR NO PEPCV65
4 O CONTROLE SOCIAL O PEPCV A PARTIR DA RELAÇÃO ENTRE A
SOCIEDADE CIVIL E SOCIEDADE POLÍTICA71
4.1 A MOTIVAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO CONSELHO71
4.2 A PERCEPÇÃO DOS CONSELHEIROS SOBRE PRESERVAÇÃO
AMBIENTAL74
4.3 A REPRESENTAÇÃO DO PEPCV PARA AS COMUNIDADES DO SEU
ENTORNO
4.4.O POTENCIAL TURÍSTICO DO PEPCV 78

4.5 A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO PEPCV	80
4.6 PARCERIA PÚBLICA-PRIVADA NO PEPCV	81
4.7 O ENTEDIMENTO DOS CONSELHEIROS SOBRE O CONTROLE	SOCIAL NO
PEPCV	84
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
6 REFERÊNCIAS	91
APÊNDICES	97
APÊNDICE A	98
APÊNDICE B	100

AGRADECIMENTOS

Sou hoje, assim como para todos os dias, grato pelo dom da vida. Agradeço em especial aos meus pais por grandes exemplos e pelo empenho com a minha formação.

Agradeço aos professores que participaram de minha formação e que com paciência dedicam seu tempo a orientar. Aos colegas do mestrado e do trabalho, pela contribuição crítica e por influenciarem na minha caminhada. E, por fim, agradeço aos parceiros Oberdam José Pereira, Anderson Lanusse, Luciana Alvarenga, Leonardo Prest Merçon Rocha, Maria Helena Rauta Ramos, Cecília Baptistotte, Gilsa Helena Barcellos, Maria Carlota de Rezende Coelho e Larissa Letícia Andara Ramos por contribuírem diretamente com a construção desse estudo.

RESUMO

A pesquisa versa sobre o controle social sobre a política ambiental na Unidade de Conservação Parque Estadual Paulo Cesar Vinha (PEPCV), sediada no Espírito Santo. Os objetivos que orientaram a pesquisa foram: identificar a situação de posse e domínio da terra durante o movimento histórico de criação do Parque e o seu desdobramento sobre a população da localidade; avaliar o incremento do controle social nas políticas ambientais e na criação das Unidades de Conservação a partir da relação entre sociedade civil e sociedade política e; discutir o controle social a partir da participação dos representantes da sociedade civil e sociedade política no Conselho Gestor do PEPCV. As fontes utilizadas na pesquisa foram à literatura sobre o tema, documentos que regulamentam o funcionamento do Parque e as entrevistas com membros do Conselho Gestor do Parque. Os resultados da pesquisa qualitativa apontam que alguns membros do Conselho participam porque são organicamente envolvidos com a causa, já outros se sentem na obrigação de participar devido a sua representatividade na comunidade ou no governo e, outros entendem que a participação é movida até mesmo por interesses pessoais. Fica evidente a realização de atividades de educação ambiental do Parque no entorno deste e também fica evidente que até hoje se evidencia a vinculação da história de criação do Parque ao nome do ambientalista Paulo Cesar Vinha. Todos conselheiros entrevistados são unânimes em citar que apesar de seu potencial turístico o Parque ainda é pouco explorado. A representação da sociedade civil no Conselho considera baixa a participação da iniciativa privada no Parque, mas os representantes da sociedade política afirmam que a participação desse setor tem trazido benefícios diretos. A correlação de forças entre os seguimentos representados no Conselho se dá em função de interesses distintos. De um lado, os pescadores reivindicam para si a manutenção da pesca artesanal, sob alegação de que historicamente detém o uso da área onde hoje é a APA do PEPCV. Por outro lado, o representante da sociedade política, mesmo admitindo o uso regular da terra, reivindica para o Estado a posse e domínio da terra e sua regularização fundiária. O estudo detectou que o controle da sociedade sobre as políticas do Parque são assertivas quanto a sua proposta, mas ainda são pouco efetivas na prática social, pois os membros do Conselho que representam a comunidade são consultados sobre as decisões políticas, mas não participam efetivamente da sua elaboração. Portanto, nota-se na fala dos conselheiros desinteresse e descrença quanto a sua participação efetiva no Conselho.

Palavras chave: Mata Atlântica. Parque Estadual Paulo Cesar Vinhas (Guarapari, ES). Unidades de conservação. Comunidades do entorno. Gestão participativa. Controle social.

ABSTRAT

The research deals with the social control over environmental policy in the State Park Conservation Unit Paulo Cesar Vinha in the Espírito Santo. The objectives were to identify the ownership and control of the land, during the creation of the historical movement of State Park Paulo Cesar Vinha and its deployment on the population of the locality; Evaluate the increase of social control in environmental policies and the creation of protected areas from the relationship between civil society and political society and; iscuss social control from the participation of representatives of civil society and political society in the Manager Council of State Park Paulo Cesar Vinha. The sources used in the research were to literature on the subject, documents governing the operation of the Park and interviews with members of the Management Council of the park. The results indicate that some Council members participate because they are organically involved with the cause; others due to its representation in the community or in the government and others already understand that participation is driven by personal interests. It is evident linking the history of creation of the park, the name of environmentalist Paulo Cesar Vinha. All counselors interviewed are unanimous in citing that although the tourism potential of the park, he is underexplored. The civil society representation in the Council ignores financial incentive of private enterprise in the park, but the representatives of political society affirm their existence. The correlation of forces between the segments represented in the Council it is in function of different interests. On one hand, the anglers claim for themselves the maintenance of artisanal fishing on the grounds to history use this place. On the other hand, the representative of political society, even doin the regular use of the land, claims for the ownership the control of the land occupied by residents surrounding the park for the state. We conclude that the control of society over the policies of the Park is still fragile because members of the Council representing the community are consulted on policy decisions, not effectively participating in their development. Therefore, the assumptions of democracy that govern the relationship between civil society and political society in the Park are just advisory.

Keywords: Atlantic Rainforest. State Park Paulo Cesar Vinha (Guarapari, ES). Conservation Units. Surrounding Communities. Participatory Management. Social Control.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem origem em algumas reflexões realizadas sobre a Educação Ambiental, a partir de uma disciplina ministrada pelo professor Oberdam José Pereira, em 2002, época da Graduação em Ciências Biológicas pela Faculdade Integrada São Pedro - FAESA.

A motivação em aprofundar estudos na preservação ambiental se deu em função de experiências anteriores na Unidade de Conservação Parque Estadual Paulo Cesar Vinha (PEPCV). Uma primeira abordagem refere-se ao Trabalho de Conclusão de Curso, época em que se desenvolveu uma metodologia de orientação ambiental aos alunos do ensino fundamental da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio **Judith da Silva Góes Coutinho**, localizada na Ponta da Fruta, município de Vila Velha/ES e entorno da Unidade de Conservação PEPCV.

O objetivo, à época, era contribuir com ações recomendadas para esta Unidade de Conservação, em especial a conscientização da comunidade do seu entorno, estimulando o exercício do controle social, em termos de fiscalização voluntaria pelos grupos sociais residentes nessa localidade. Na oportunidade, após as atividades realizadas na escola, um convite pela direção desta foi feito, e um stand com fotografias do fotógrafo e ambientalista Leonardo Merçom apresentava imagens sobre a fauna, flora e belezas naturais do PEPCV, durante a primeira amostral cultural da referida escola. Ações estas viriam a se tornar anos mais tarde no Projeto Últimos Refúgios¹.

A segunda experiência no PEPCV foi durante a participação no projeto de Leonardo Merçom, que trata da publicação do livro **Últimos Refúgios - Parque Estadual Paulo Cesar Vinha**. Essa atividade integra-se a um projeto maior, cujo objetivo se volta para a conscientização para a preservação dos recursos naturais de Unidades de Conservação do estado do Espírito Santo,

crianças. Na verdade, pensava-se que, se bem utilizado, possivelmente poderia se tornar em um mecanismo de elevação da conscientização de segmentos sociais e assim contribuir para o futuro dos Parques, em particular para a preservação do meio ambiente.

¹Projeto que se encontra em evidência no cenário ambiental e cultural capixaba e corresponde à produção de materiais fotográficos e vídeos socioambientais em Unidades de Conservação do ES. No presente, já foram publicados os livros do Parque Estadual Paulo Cesar Vinha (2010) e do Parque Estadual de Itaúnas (2011) e encontra-se em produção o livro do Parque Estadual Duas Bocas. Estes livros foram publicados pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, com objetivo de ser transformado em instrumento para Educação Ambiental de adultos, jovens e

através da produção de instrumentos para Educação Ambiental, com a produção de imagens fotográficas das espécies vegetais e animais registradas na Unidade, produção de vídeos socioambientais com líderes locais - **memes**: pessoas que detêm o conhecimento e o transmitem com maior facilidade - residentes no entorno da Unidade, somado a atividades educativas e de promoção das Unidades contempladas pelas ações desse projeto.

Assim, esta pesquisa de dissertação de mestrado em **Políticas Públicas e Desenvolvimento Local** teve como objeto geral, estudar o controle social da política ambiental na Unidade de Conservação Parque Estadual Paulo Cesar Vinha, sediada no estado do Espírito Santo. Para tanto, procedeu-se o exame da literatura corrente sobre a ecologia numa interface com as disciplinas das ciências humanas, mais especificamente a sociologia, antropologia e história.

Buscando elucidar a questão problema foi preciso estabelecer objetivos específicos: identificar a situação de posse e domínio da terra durante o movimento histórico de criação do Parque Estadual Paulo Cesar Vinha e o seu desdobramento sobre a população da localidade; avaliar o incremento do controle social nas políticas ambientais e na gestão das Unidades de Conservação, a partir da relação entre sociedade civil e sociedade política; discutir o controle social, sob investigação na efetiva participação desses representantes no Conselho Gestor do Parque Estadual Paulo Cesar Vinha.

Ampliar o controle social é criar condições para a participação e para a ruptura da cultura política dominante. A informação e a educação para a cidadania representam as possibilidades de sensibilizar e motivar pessoas para a participação social. Para que o controle social seja efetivo sobre as políticas ambientais, o cidadão deve inicialmente participar dos espaços públicos voltados para as questões ambientais e, o conjunto dos cidadãos que participam, deve valorizar a troca de saberes dos diferentes segmentos da sociedade representada nestes espaços, além disso, estes cidadãos devem preservar os valores éticos, como fundamentais para fortalecer a complexa influência mútua entre sociedade e natureza. (JACOBI, 2003)

Afirma Pepper (1993, p. 109), "Que **a dialética² sociedade e natureza**, elaborada por Marx parece ser, na realidade uma composição de um único corpo." Segundo Ramos (2010), a

_

²Na acepção moderna dialética significa o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação (KONDER, 1990).

sociedade pensada por Marx deveria ser conduzida por relações sociais alicerçadas na propriedade coletiva com produtores livremente associados.

Ramos (2010) orienta que essa sociedade pensada por Marx usaria os recursos naturais de forma racionalizada, tendo como direção o desenvolvimento sustentável, isto porque, o objetivo dessa sociedade seria produzir bens para o usufruto segundo a necessidade de cada um, e não para produzir objetos de troca visando acumular grandes riquezas nas mãos de poucos. Portanto, para Ramos (2010, p. 5):

[...] é preciso que o desenvolvimento pleno dos indivíduos, com a preservação da natureza, ultrapasse a fraseologia, tornando-se uma atividade concreta, dirigida por novas premissas econômicas e novas relações sociais, através do banimento da propriedade privada.

Oliveira (2002) em seu estudo, **Relação homem/natureza no modo da produção capitalista**, esclarece como Marx pensou o homem e a natureza como um único corpo. Segundo esta autora:

Para Karl Marx (século XIX), é preciso buscar a unidade entre natureza e história, ou entre natureza e sociedade, pois a natureza não pode ser concebida como algo exterior a sociedade, visto que esta relação é um produto histórico. Marx adotou o conceito de metabolismo ou interação metabólica, para possibilitar a compreensão de que há uma mediatização da sociedade com a natureza, e que a força motivadora dessa interação é o processo de trabalho, pois tanto o Sujeito – o trabalhador, como o Objeto – a matéria-prima a ser transformada – são fornecidos pela natureza ao trabalho. Para Marx, a natureza e suas leis subsistem independentemente de consciência e desejos humanos, e tais leis só podem ser formuladas com a ajuda de categorias sociais. A natureza é dialética, e esta dialética se dá em função da interação do homem com a natureza: A natureza se torna dialética produzindo os homens. (OLIVEIRA, 2002, p. 3)

Conforme o pensamento de Marx, quando o meio ambiente é concebido como algo exterior à sociedade, em função da acumulação de capital tem-se como resultado a degradação socioambiental. Para outros autores (DALY; COBB, 1994; JACOBI, 1993; JUNG, 1991; LEE, 1980; PORRITT, 1984), a degradação ambiental não é obra somente de sociedades capitalistas, alguns modernos estados socialistas apresentam índices similares de destruição dos recursos naturais ou mesmo superam os de outros estados de capitalismo desenfreado. Para estes autores, o problema está centrado mais nas questões que envolvem a industrialização propriamente dita do que na direção da política econômica adotada.

Assim, para este grupo de autores, ainda não existe um modo de produção que dê conta de conciliar industrialização com a preservação ambiental. É ilustrativo mostrar o que Porrit (1994, p. 43), diz sobre esta questão:

As políticas da Era Industrial – de esquerda, direita ou centro - são como uma autoestrada de três pistas, com veículos diferentes em pistas diferentes, mas todos os caminhos apontando para a mesma direção. Os verdes consideram que é a própria direção que está errada, ao invés da escolha por qualquer uma das pistas em detrimento das outras. É nossa percepção que a autoestrada da industrialização leva, inevitavelmente, para o abismo - por esta razão a nossa decisão de sair fora e buscar um objetivo totalmente diferente.

A busca de um equilíbrio entre o desenvolvimento e o meio ambiente são desafios desta e das próximas gerações, evitando a paralisia econômica e as consequências dolorosas deste mesmo desenvolvimento. A perda irreversível de capital natural configura um custo repassado às futuras gerações. (BRITO, 2000)

A Biodiversidade na Terra é resultado de três bilhões e meio de anos de evolução desse planeta. Tradicionalmente ela é medida a partir do número de espécies de organismos vivos. O Brasil é o país com maior biodiversidade no mundo. (LEWINSOHN; PRADO, 2002)

Porém, os processos degradantes evidenciam uma situação de vulnerabilidade no Brasil, pois a contaminação e a destruição ambiental são visíveis, já as ações de proteção efetivas são frágeis se confrontadas com as forças econômicas que degradam o meio ambiente. Embora o país tenha registrado avanços significativos, ainda são insuficientes e de fato entram em contradição com medidas não adotadas para debelar ou mesmo impedir, de forma preventiva, as atividades produtivas que degradam recursos naturais.

A preocupação com a devastação ambiental no Brasil data de séculos passados. No entanto, as vozes que sinalizavam nesse sentido historicamente ocuparam um lugar marginal dentro do pensamento nacional. Foi na década de 30 que o país registrou as primeiras atividades conservacionistas, sendo justamente nessa mesma década que foi registrada a criação das primeiras áreas protegidas e promulgados os primeiros códigos de meio ambiente.

Para Lopes (2006), a industrialização, urbanização e adoção do modelo econômico repercutem na forma como se organizam os movimentos sociais, que são tratados como se fossem políticas desconectas das questões ambientais.

O Brasil, país de economia emergente no jargão atual, deve prestar atenção aos princípios de adequada gestão de seus recursos naturais. Mais do que isso, o país tem de conceber formas de promover o bem-estar humano, sem aceitar que seu capital natural seja usado ou degradado como se valesse quase nada. O país enfrenta o desafio de lutar a favor da economia, fazendo simultaneamente uma criteriosa consideração dos custos ambientais e sociais envolvidos como parte das políticas de desenvolvimento.

Até agora, entretanto, e a despeito de uma retórica de sustentabilidade por parte do governo, o que tem prevalecido são iniciativas que não levam propriamente a natureza em consideração. (CAVALCANTI, 1991)

Reafirmando o que diz Cavalcanti (1991), a política ambiental no Brasil ainda passa por derrotas e retrocessos. Basta observar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado pelo Governo Federal no ano de 2007 com o propósito de estimular a economia brasileira. O PAC desde o seu início tem gerado preocupação em ambientalistas e a fala do então Presidente da República neste período, Luiz Inácio Lula da Silva demonstra o porquê dessa preocupação com a questão ambiental em relação ao Plano. O presidente a época, visando o crescimento econômico primordialmente, questionava a legislação ambiental e citava a mesma como um entrave para o crescimento econômico do país. Este pensamento possivelmente se mantém na gestão da atual presidenta Dilma Russef e tem como desdobramento a alteração do Código Florestal Brasileiro, por exemplo.

Ao comparar o processo de licenciamento ambiental de países desenvolvidos com o do Brasil, nota-se que países desenvolvidos detêm dados históricos de monitoramentos ambientais e o empreendedor acaba por ter de desprender a maior parte do seu tempo/dinheiro em projetos de engenharia de elevado controle ambiental, que mantenha os limites padrões, do que nos estudos do licenciamento ambiental. Enquanto no Brasil, devido à ausência de dados históricos de monitoramentos, investe-se mais nos estudos para o licenciamento ambiental, do que em projetos de engenharia de controle. Além disso, o licenciamento ambiental brasileiro ainda peca

em análises sinérgicas e na sistematização dos dados, o que demonstra a distância que ainda existe entre o licenciamento ambiental destes países.

Entretanto, também não há como desconsiderar o crescimento do movimento ambientalista internacional e nacional, com respostas no âmbito institucional da estrutura governamental nas últimas décadas, o que ocorreu na contramão da ideologia neoliberal que pregava a redução no tamanho e orçamento do Estado, contrariando de forma positiva no cenário ambiental brasileiro. Conforme Mittermeier (2007) nas últimas décadas o Brasil fez um enorme empenho para estacionar a degradação, e áreas foram protegidas com a criação das Unidades de Conservação (UC). Este empenho nacional excede a média de qualquer outro país tropical e é comparável aos países desenvolvidos.

Recentemente é possível notar até mesmo à entrada do capital privado na problemática ambiental, relacionado, tanto à necessidade de atender uma política de marketing que visa vender uma imagem positiva, para uma sociedade cada vez mais crítica, como por meio de exigências legais impostas pela política ambiental brasileira, através da execução de projetos de monitoramento e de compensação ambiental.

A questão ambiental tornou-se mercadoria e o **mercado verde** visivelmente cresce no mundo do capital. Esse novo mercado tem de divulgar valores, aliados ao desenvolvimento econômico, não somente para vender uma imagem positiva, como também para ganhar pontos na disputa mercadológica como à da bolsa de valores Dow Jones³, e, no caso do Brasil, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) que pontua na bolsa de valores Bovespa. Nessa linha, temse os produtos certificados e certificações empresariais, como a ISO, outorgado pela International Standards Organization, em que os bens em comercialização devem ser produzidos de maneira que minimizem o dano ambiental e social, exemplos de que a questão está definitivamente em voga até mesmo no mercado capitalista.

A industrialização no entorno do PEPCV ainda não se configura como o principal problema, porém a extração de areia e de exemplares da flora e fauna, as queimadas, o aumento da especulação imobiliária e o turismo são questões que devem ser monitoradas.

-

³Bolsa de valores que pontua as empresas que levam em consideração questões sociais e ambientais, quantificando seus índices de sustentabilidade na disputa mercadológica mundial.

A política ambiental no Brasil, baseada na Union International for the Natural Conservation (IUCN) e sob o prisma conservacionista, instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Foi no ano de 2000 que a Lei nº 9.985 regulamentou sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), segregando-as em duas categorias, cada uma com seus objetivos em decorrência de suas características e relevância, sendo: as Unidades de Conservação de Proteção Integral e as Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

Santos (2009) sustenta a tese de que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e, mais recentemente, o Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), tiveram importante papel na orientação e criação das normas para o manejo destas áreas.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), em seu Relatório Parametrizado de junho de 2012, o Brasil tem um total de 1.649 Unidades de Conservação inscritas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), que totalizam 1.515,195 Km² do território nacional. No estado do Espírito Santo o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA) é o órgão responsável pela administração de 16 Unidades de Conservação, totalizando 45.9,57 Km² do território do estado. (ESPÍRITO SANTO, 2012)

O Parque Estadual Paulo Cesar Vinha (PEPCV) corresponde a uma Unidade de Conservação Estadual de Proteção Integral, com intuito de preservar uma faixa contínua de restinga, um dos ecossistemas mais ameaçados da Mata Atlântica. O PEPCV foi instituído pelo decreto nº 2.993-N de 1990, com a denominação inicial de Parque de Setiba, que por meio da Lei nº 4.903 de 1994 passou a ser denominado 04 anos mais tarde de Parque Estadual Paulo César Vinha (PEPCV), em homenagem ao biólogo Paulo César Vinha, morto em 1993 por atuar contra a extração de areia na região.

O biólogo Paulo tem um histórico político e de militância ambiental no Espírito Santo e, segundo os militantes da época, a sua morte em 28 de abril de 1993 repercutiu na sociedade civil e culminou em uma reação política que teve forte influência na efetiva implementação do Parque Estadual Paulo Cesar Vinha em uma vegetação de Restinga localizada entre os municípios de Guarapari e Vila Velha.

O bioma Mata Atlântica configura-se dentre exemplares de um importante grupo de florestas **Tropical Rain Forest**⁴, peça chave para a manutenção do equilíbrio pluviométrico global, além de ser citado como um bioma ponto quente **hotspots**⁵ para a preservação da biodiversidade mundial. (LAGOS; MULLER, 2007)

A Mata Atlântica é então um dos biomas mais ricos e ameaçados do planeta, considerado o quinto dos 25 atuais hotspots mapeados ao redor do mundo pela CI — International Conservation. Em seus domínios vivem boa parte da população brasileira, distribuída em 17 estados das regiões Nordeste, Sudeste e Sul, restando no presente apenas o equivalente a 7% de mata original. O cenário atual corresponde a uma série de fragmentos florestais dispersos, e essas ilhas de matas isolam populações, propiciam o cruzamento entre parentes, aumentam o efeito de borda e expõe espécies a extinção. (LAGOS; MULLER, 2007)

O Governo brasileiro e organizações não governamentais iniciaram no final dos anos 1990 uma série de ações que buscam alterar essa realidade de **ilhas biológicas** para **corredores ecológicos**. Defende-se o conceito de mobilidade e intercâmbio genético das espécies, como processos necessários à continuidade da evolução e manutenção desse ecossistema, e igualmente a um modelo de gestão participativa a proposta busca unir os governos estadual, municipal e a sociedade civil organizada na tomada de decisões sobre a gestão realizada nas Unidades de Conservação de exemplares da Mata Atlântica. (LAGOS; MULLER, 2007)

Há ainda a proposta de conservação internacional, projetada em escala global, que também influi na Mata Atlântica, a **Reserva da Biosfera**, engloba biomas inteiros que têm grande relevância para o Planeta Terra. O Programa Intergovernamental - O Homem e a Biosfera da Unesco, do qual o Brasil também faz parte, também têm como proposta um modelo de gestão participativa e sustentável para essas áreas.

Dentre as formas de controle e gestão propostas pela política ambiental brasileira em relação às Unidades de Conservação, destacam-se a elaboração de documentos como o Plano de Manejo e a conformação de Conselhos Gestores. O objetivo geral do Conselho, segundo o seu

⁵ Hotspot é, portanto, toda área prioritária para conservação, isto é, de alta biodiversidade e ameaçada no mais alto grau. É considerada Hotspot uma área com pelo menos 1.500 espécies endêmicas de plantas e que tenha perdido mais de 3/4 de sua vegetação original.

⁴Uma série de florestas de clima tropical úmido, com regime pluviométrico característico e distribuído na faixa tropical do globo terrestre. Responde por grande parte da Biodiversidade mundial.

Regimento, é fazer uma gestão participativa visando atender às metas e às diretrizes estabelecidas em seu Plano de Manejo.

Pela configuração de composição do Conselho do PEPCV e pelo seu Regimento, a proposta de gestão da UC parece estabelecer uma relação de construção coletiva entre os representantes da sociedade política e os representantes da sociedade civil. Assim, entende-se que esta relação se configura no controle social sobre as políticas de gestão vigentes no PEPCV.

Vários autores dão a sua interpretação sobre o termo controle social a partir dessa perspectiva. Para Carvalho (1995, p. 8), controle social é uma expressão de uso recente e corresponde a uma moderna compreensão da relação entre o Estado e a sociedade, onde à sociedade cabe estabelecer práticas de vigilância e controle sobre o Estado.

O controle social voltado para os problemas ambientais ocorreu na mesma conjuntura em que surgiram os novos movimentos sociais no Brasil, ou seja, a partir da segunda metade da década de 70. Na década de 1980, com o enfraquecimento da Ditadura Militar, houve um fortalecimento desses movimentos resultantes da crescente mobilização social, na ocorrência dos movimentos sociais que deflagraram o processo de redemocratização da sociedade brasileira depois de duas décadas de Regime Militar.

Em relação à participação do cidadão nos Conselhos, Jacobi (2003) refere que a forma de organização dos conselhos municipais de meio ambiente e da sua representação nas audiências públicas normalmente mostram os efeitos de dominação exercidos ora pela presença de técnicos da área e donos do saber científico, ora pela presença de representantes do Estado que detém o poder e ambos os segmentos tendem a não valorizar o espaço e o discurso do saber leigo. Mas, o mesmo autor refere também que com o exercício da participação os representantes da sociedade civil terão condições para interferirem de forma consistente e sem tutela nos processos decisórios de interesse da coletividade, legitimando e consolidando propostas de gestão, baseadas na garantia do acesso à informação e na consolidação de canais abertos para a participação.

No Brasil, em alguns de seus estados federados, nota-se uma legislação ambiental avançada e por vezes até mesmo exemplar. Municípios começam a montar arcabouços jurídicos e

institucionais para co-gerir o Meio Ambiente como patrimônio da coletividade. (LEITE; ÁYALA, 2010)

Assim, certamente não é por falta de leis que o país não consegue alterar a sua realidade de insegurança quanto à sua capacidade de preservar relevantes reservas de recursos naturais. Porém, a prática social tem demonstrado uma grande distância entre o cumprimento e o que é disposto nas leis brasileiras.

Somado ao fato, tem-se ainda um país de grande extensão territorial e, no caso da Mata Atlântica, outro agravante é a localização desse bioma, que divide espaço com a região mais populosa e industrializada do país. De fato o Brasil enfrenta grandes desafios gerenciar e fiscalizar suas áreas naturais legalmente protegidas.

Estudos que realizam a avaliação de políticas públicas possuem um importante valor social para o país, pois se traduzem em indicadores de gestão, permite que gestores tomem decisões com maior possibilidade de acertos e otimiza gastos públicos.

Existem organizações internacionais que, em parcerias com o Estado brasileiro, já realizam a medição da efetividade de gestão em Unidades de Conservação. Foi detectado que no Espírito Santo a maioria das Unidades de Conservação Federal e Estadual foram contempladas por essa medição. Essas ferramentas produzem excelentes indicadores para formulação de políticas públicas relacionadas à gestão de UC's, porém, ainda hoje não há um monitoramento da efetividade de gestão em Unidades de Conservação.

Todavia, nota-se que algumas singularidades que interferem diretamente na implementação efetiva das políticas propostas para as UC's em uma escala local, como as dificuldades para a conformação do conselho, a constante troca de gestores, os obstáculos da construção coletiva, o desestímulo dos conselheiros da sociedade civil, os empenhos individuais e as forças políticas, por exemplo, não podem ser expostas por essas ferramentas.

É preciso também, contudo, obter informações das condições em que o grupo diretamente influenciado por tal política se encontra, pois a avaliação de políticas públicas também deve se traduzir em ganhos para os usuários dos sistemas de serviços públicos.

Exposta a motivação para realização da pesquisa, bem como a problemática que envolve a participação da sociedade civil no controle de políticas ambientais, pretende-se com este estudo ampliar conhecimento e estimular novas investigações sobre o tema a partir da divulgação dos resultados dessa pesquisa.

Partindo do pressuposto de que a representação da sociedade civil e sociedade política no Conselho Gestor do PEPCV que se configura no controle social sobre a política de gestão do PEPCV, levanta-se a questão problema, cerne da pesquisa. Como se configura o controle social sobre a política de gestão do PEPCV, a partir da relação entre a sociedade civil e a sociedade política representadas no Conselho Gestor do Parque?

Para o alcance dos objetivos propostos foi realizada uma pesquisa de método exploratório descritivo com abordagem qualitativa, por entender que está se preocupa com a realidade que não pode ser quantificada e é mais rica que qualquer pensamento e qualquer discurso que se possa elaborar sobre ela. (MINAYO, 2010)

A pesquisa qualitativa possui um caráter exploratório na medida em que permite uma visualização mais ampla do problema e busca se aproximar do objeto a ser investigado. Como técnica, adotou-se a entrevista semiestruturada, pois esta é utilizada pela Sociologia como uma técnica de coletar de dados e captar principalmente informações subjetivas.

As entrevistas foram realizadas, in loco e face a face pelo pesquisador, porém mediante ao diálogo com agentes locais, no intuito de auxiliar na escolha dos representantes da sociedade civil, o que maximiza e sustenta os dados obtidos, tendo em vista o conhecimento destes sobre a comunidade. E, sob diálogo com colaboradores do poder público que atuaram ou ainda atuam no Parque e têm relação direta com líderes locais, a fim de selecionar representantes ativos da sociedade política, que conhecessem a realidade local e pudessem contribuir com a melhoria dos processos que gerem o PEPCV.

Como material de apoio utilizou-se o Plano de Manejo e as Atas das reuniões do Conselho, bem como as entrevistas já realizadas e um exemplar do livro Últimos Refúgios - Parque Estadual Paulo Cesar Vinha, durante as entrevistas. As entrevistas buscavam informações mais precisas e detalhadas a respeito das interações que gerem as ações do Conselho Gestor do PEPCV.

De acordo com Maanen (1979), esta metodologia tem o intuito de conhecer a realidade do sujeito de interesse da pesquisa, possibilitando traduzir o sentido dos fenômenos do mundo social, reduzindo a distância entre a teoria e dados, entre contexto e ação. Dessa forma, foram realizadas entrevistas com os principais líderes locais e com representantes do poder público que fossem ativos no Conselho Gestor do PEPCV.

A pesquisa de campo, além da observação direta in loco, foi realizada por meio de entrevistas com membros do Conselho Gestor do PEPCV. As entrevistas foram guiadas por um roteiro semiestruturado (APÊNDICE A), com perguntas abertas que foram elaboradas para estimular os sujeitos de pesquisa a falarem livremente sobre o objeto de investigação. A entrevista semiestruturada permite uma liberdade para o entrevistador poder explorar melhor o que se deseja estudar. Ela procura levantar informações detalhadas a respeito de determinado assunto, captando com mais clareza e profundidade percepções e opiniões dos entrevistados acerca dos temas e questões que lhes são apresentadas. Bem como captar os principais assuntos que envolvem o objeto de estudo.

A partir de um roteiro dirigido, foram efetuadas as entrevistas pessoais, nos moldes de conversas, procurando extrair as informações necessárias ao alcance dos objetivos da pesquisa, dando atenção especial à leitura dos sentimentos e emoções e à análise das percepções pessoais dos entrevistados, de forma a entender suas representações. O roteiro funcionou como um guia para o entrevistador conduzir a conversa em clima de um bate-papo descontraído, em que este passa a se sentir à vontade ao conversar e exprimir suas opiniões ao pesquisador. Não se trata de um roteiro rígido com perguntas e respostas esperadas, mas sim um direcionador das inquisições a serem efetuadas pelo entrevistador.

Os representantes do conselho tiveram suas entrevistas identificadas da seguinte forma: quando a entrevista for de um representante da sociedade civil a identificação foi às letras **SC**, seguida da sigla do seguimento social que o sujeito representa no Conselho. Quando a entrevista for de um membro da sociedade política a identificação foi às letras **SP**, seguida do nome da instituição que representa na Diretora Colegiada do PEPCV.

As entrevistas foram gravadas e transcritas e, após leitura, foram analisadas. Foram utilizados na discussão apenas os fragmentos das entrevistas que estavam em consonância com o objeto de investigação. As entrevistas na íntegra ficarão arquivadas no computador particular do

pesquisador por um período de cinco anos, sendo então excluídas quando vencer o período de guarda do material.

A coleta de dados em campo ocorreu por meio de entrevistas realizadas entre outubro de 2012 e janeiro de 2013. Foram abordados 10 conselheiros, entre líderes de associações de moradores, pescadores, comerciantes, artesãos, instituição de ensino e ONG, além de representantes do poder público, com o objetivo de coletar dados qualitativos acerca da interação entre as partes, no tocante à gestão das ações do Conselho Gestor do PEPCV.

A diretoria do Conselho Gestor do PEPCV é composta por dezenove membros. Destes, foram selecionados 10 conselheiros para a aplicação das entrevistas, pois estes foram indicados por efetivamente representarem a sociedade política e a sociedade civil atuantes no Conselho. Assim os sujeitos desta pesquisa foram:

Quatro representantes do poder público

- Diretor do PEPCV representante do IEMA;
- Projeto TAMAR IBAMA/ICMBio;
- Funcionário do PEPCV representante do IEMA;
- Funcionário da RODSOL representante do setor privado.

Quatro representantes da sociedade civil:

- Associação de moradores do entorno;
- Associação dos pescadores do entorno;
- Entidade ambiental legalmente instituída e atuante na UC;
- Instituição de ensino e pesquisa atuante na UC.

Além da seleção e elaboração de recursos técnicos necessários à investigação em campo, houve a necessidade de aprofundar a discussão teórica relativa às questões centrais dessa pesquisa — controle social na Unidade de Conservação PEPCV, ou seja, na verdade trata-se do papel que pode ser exercido por grupos sociais em face da crescente destruição ambiental, tomando como foco de análise as Unidades de Conservação. Para tanto, foi realizado levantamento de bibliografia pertinente, seguido de estudo sistemático, em continuidade ao esforço desenvolvido em disciplinas do mestrado.

Somado aos depoimentos e ao levantamento bibliográfico, foram também utilizados como fontes primordiais no estudo o Regimento Interno do PEPCV e o seu Plano de Manejo, ambos disponíveis no site do IEMA, bem como as Atas das reuniões do Conselho, disponibilizadas pela gerencia do Parque sob autorização do IEMA.

Os fundamentos teóricos de análise se inserem no pensamento de Antônio Gramsci, mais especificamente no conceito de hegemonia, quando o pressuposto é o controle social a partir da relação entre sociedade civil, os representantes dos movimentos sociais no Conselho e sociedade política, para os representantes do poder público.

Para analisar as entrevistas dos representantes da sociedade civil e da sociedade política que participam do Conselho Gestor do PEPCV deve-se considerar tanto os pontos de convergência como os de divergência das entrevistas. Isso implicou na utilização do método dialético nas interpretações dos depoimentos. Na acepção moderna, dialética significa o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação. Para a dialética marxista, o conhecimento é totalizante e a atividade humana, em geral é um processo de totalização que nunca alcança uma etapa definitiva e acabada. (KONDER, 1990)

Quanto aos critérios éticos, à pesquisa está de acordo com o preconizado pela Resolução nº. 196 do Conselho Nacional de Saúde - CNS, pois os sujeitos não foram identificados e só participaram das entrevistas após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B).

O projeto foi submetido à Plataforma Brasil (Comitê de Ética da EMESCAM) em 11 de junho de 2012, tendo como resposta: Prezado Pesquisador, O projeto de Pesquisa não envolve seres humanos de forma direta ou indireta, em sua totalidade ou partes dele, incluindo o manejo de informações ou materiais. Trata-se de uma pesquisa de opinião pública. Dessa forma, não há necessidade de apreciação deste CEP. Atenciosamente Cristiane Talyuli Secretária do CEP/EMESCAM. Após aprovação deu-se início à coleta dos dados.

Para atender aos critérios legais o projeto de pesquisa também foi protocolado no setor de Autorização de Pesquisa Científica em Unidades de Conservação, do órgão responsável pela

administração do PEPCV, o Instituto Estadual de Meio Ambiente de Recursos Hídricos, o qual autorizou a realização desse estudo assinando a Folha de Rosto gerada pela Plataforma Brasil.

A área de estudo empírico é o Parque Estadual Paulo Cesar Vinha. Uma Unidade de Proteção Integral administrada pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA) e abriga uma das mais ricas áreas de mata de restinga ainda preservada do estado do Espírito Santo. É considerado como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, que se localiza, conforme **Figura 1**, no litoral Norte no município de Guarapari/ES, entre a Rodovia do Sol e o Oceano Atlântico. (ESPÍRITO SANTO, 2007)

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

GUARAPARI

PARQUE ESTADUAL
PAULO CESAR VINHA

PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO CESAR VINHA
PAULO

Figura 1: Localização do Parque Estadual Paulo Cesar Vinha

Fonte: Espírito Santo (2007).

A restinga do Parque Estadual Paulo César Vinha possui diferentes fitofisionomias, em função de lagoas, depressões entre cordões arenosos, planícies alagadas, e outras variáveis. (PERREIRA, 1990)

Os recursos hídricos são abundantes, e representados por ambientes lagunares, sendo estes a lagoa de Caraís (que possui ligação intermitente com o mar), a Vermelha e a Feia, que são circundadas por solos com predomínio de areia quartzosa marinha, que atua na interligação dos corpos hídricos pelo lençol freático. (ESPÍRITO SANTO, 2007)

O PEPCV abriga espécies da flora e fauna da Mata Atlântica ameaçadas de extinção como a pimenteira rosa e o ouriço preto e detém espécies endêmicas como algumas pererecas e libélulas. A Lagoa de Caraís é sua principal atração. O PEPCV é circundado pela Área de Proteção Ambiental (APA) de Setiba, que funciona como sua zona de amortecimento e, visa também conservar a região marinha do arquipélago das Três Ilhas.

Considerando também a APA de Setiba⁶ temos no total registrada 342 espécies de vertebrados, sendo o grupo de Aves o mais bem representado, com 167 espécies, seguido por Mamíferos, com 70 espécies, Répteis, Anfíbios e Peixes foram representados por 46, 36 e 23 espécies, respectivamente. (ESPÍRITO SANTO, 2007)

Nesta Unidade existe uma grande diversidade de ambientes em sua área como lagoas, dunas e planícies alagadas, além de inúmeras formações vegetais como a Mata Seca, a Floresta Permanentemente Inundada, o Brejo Herbáceo, as formações abertas e a vegetação pós-praia.

No entorno do PEPCV o turismo de maior expressão se materializa no projeto denominado Os Passos de Anchieta que reconstitui o trecho que era percorrido habitualmente pelo Padre José de Anchieta no final do século XVI. A rota estende-se por 105 quilômetros, margeando todo o litoral desde Vitória até a cidade de Anchieta. Os Passos de Anchieta, também denominado O Caminho de Anchieta se configura, como aponta Carneiro (2004), na emergência de uma expressão moderna de peregrinação denominada de turismo religioso. Portanto, é necessário definir políticas sólidas de turismo, com planejamento baseado em técnicas e infraestrutura sustentável, para que o turismo de um modo geral visto no PEPCV atue sempre promovendo a aproximação homem/natureza, sem permitir a degradação dessa Unidade de Conservação.

A Unidade de Conservação Parque Estadual Paulo Cesar Vinha encontra-se inserida no Corredor Central da Mata Atlântica, que se estende por todo o estado do Espírito Santo e sul da Bahia e tem uma distância média desde a costa até o interior de aproximadamente 300 km. O Espírito Santo é o único estado brasileiro que tem todo o seu território dentro de um corredor ecológico. (ESPÍRITO SANTO, 2007)

-

⁶APA de Setiba – Corresponde a uma Área de Proteção Ambiental que funciona como Zona de Amortecimento que circunda os limites do Parque Estadual Paulo Cesar Vinha.

2 A POLÍTICA AMBIENTAL BRASILEIRA E SUA CORRELÃO COM A POSSE E O DOMÍNIO DA TERRA NA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO PARQUE ESTADUAL PAULO CESAR VINHA

Para compreender o movimento histórico de criação do Parque Estadual Paulo César Vinha no contexto das lutas ambientalistas no Espírito Santo, inicialmente, foi feita uma reflexão sobre as questões econômicas que envolvem as UC's e a parceria público/privado. Em seguida comenta-se sobre as características das populações que vivem no interior e entorno das Unidades de Conservação. Na sequência discutiu-se a posse e o domínio da terra, ou seja, a regularização fundiária por parte do poder público em Unidades de Conservação, para que finalmente seja possível compreender como ocorreu o movimento de criação do Parque Estadual Paulo Cesar Vinha e sua correlação com a Política Ambiental no Brasil.

2.1 AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E A PARCERIA PÚBLICO - PRIVADO

Além das áreas de conservação ambiental prevista no Código Florestal como as Áreas de Preservação Permanente – APP, Reservas Legais – RL e os banhados, existem outras áreas protegidas pela política ambiental brasileira, sendo estas às Unidades de Conservação (BRASIL, 2004). Essas áreas podem ser públicas e privadas.

Unidades de Conservação, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), é o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, com objetivo de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (BRASIL, 2004)

A Unidade de Conservação pode ser administrada por órgão das esferas federal, estadual e municipal e são divididas em dois grupos, sendo: as UC de Proteção Integral e as UC de Uso Sustentável, que se diferenciam devido à capacidade suporte do ambiente em comportar ou não a constante presença humana.

Cabe ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, um eixo governamental do órgão ambiental federal, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a execução

de ações da Política Nacional de Unidades de Conservação da Natureza no âmbito federal; a execução de programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade; a execução de políticas relativas ao uso sustentável, apoio ao extrativismo pelas populações tradicionais nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, além das ações de uso público e educação ambiental nessas unidades.

Brasil (2012) apresenta abaixo a **Tabela 1**, onde temos a relação das Unidades de Conservação do Estado brasileiro, com suas conformações administrativas e descrição legal de comportar ou não a presença humana. Nesta relação é possível identificar as diferentes categorias de UC's existente no Brasil e o quantitativo que é gerido pelas diferentes esferas administrativas.

Tabela 1 – Tabela Consolidada das Unidades de Conservação

Tabela consolidada das Unidade	s de Cons	ervação					Cada: de Unida	stro Naciona
Tipo / Categoria	Esfera					то	TOTAL	
, , ,		leral		ndual		icipal		
Proteção Integral	N°	Área (Km²)	N°	Área (Km²)	N°	Área (Km²)	N°	Área (Km²)
Estação Ecológica	31	69.237	59	47.678	0	0	90	116.915
Monumento Natural	3	443	16	796	4	7	23	1.246
Parque Nacional / Estadual / Municipal	68	252.653	177	93.983	52	153	297	346.789
Refúgio de Vida Silvestre	7	2.019	21	1.678	1	22	29	3.718
Reserva Biológica	30	39.045	21	13.466	1	7	52	52.517
Total Proteção Integral	139	363.397	294	157.599	58	189	491	521.185
Uso Sustentável	N°	Área (Km²)	N°	Área (Km²)	N°	Área (Km²)	N°	Área (Km²)
Floresta Nacional / Estadual / Municipal	65	163.438	35	135.998	0	0	100	299.435
Reserva Extrativista	59	122.875	28	20.211	0	0	87	143.086
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	1	644	26	109.200	2	129	29	109.974
Reserva de Fauna	0	0	0	0	0	0	0	0
Área de Proteção Ambiental	32	100.144	181	329.726	39	5.856	252	435.725
Área de Relevante Interesse Ecológico	16	448	24	445	5	27	45	920
RPPN	574	4.728	70	142	1	0	645	4.870
Total Uso Sustentável	747	392.277	364	595.721	47	6.012	1.158	994.010
Total Geral	886	755.673	658	753.320	105	6.201	1.649	1.515.195
<u> </u>	renciada dispon					stério do	GOVERNO	PEDERAI

Fonte: Brasil (2012)

Ao compararmos os valores totais de UC de Proteção Integral - que não comportam a presença humana, com as UC de Uso Sustentável - que controlam a presença humana, pode-se notar que na grande maioria das UC's brasileiras existe a presença humana em seu interior e/ou entorno, refletindo a importância de políticas públicas que orientem, controlem e monitorem essa relação, visando sempre à manutenção do ambiente natural.

A implementação efetiva das Unidades de Conservação e o aproveitamento do potencial econômico dessas áreas, que respondem por cerca de 15% do território do país, podem gerar pelo menos R\$ 5,77 bilhões por ano, considerando um cenário conservador. O cálculo é do estudo **Contribuição das Unidades de Conservação para a Economia Nacional**, coordenado pelo Ministério de Meio Ambiente (BRASIL, 2011) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

O cálculo desse estudo considera o potencial econômico de cinco bens e serviços proporcionados pelas Unidades de Conservação, sendo: produtos florestais, uso público das áreas, estoque de carbono conservado, água e repartição de receitas tributárias, baseada no modelo de imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços Ecológicos, já adotados por alguns Estados.

A conservação deve ser vista como um setor da economia do país. O estudo em questão pode permitir o planejamento de investimentos em conservação de maneira mais assertiva, sugeriu o biólogo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rodrigo Medeiros, um dos coordenadores técnicos do estudo. (BRASIL, 2011)

Para avaliar o potencial econômico do uso público das UC's, os pesquisadores desse estudo consideraram principalmente as estimativas de aumento da exploração turística de 67 Parques nacionais e o potencial multiplicador do turismo nas economias locais. O Brasil tem potencial para gerar entre R\$ 1,6 bilhão e R\$ 1,8 bilhão por ano, considerando as estimativas de fluxo de turistas projetadas para o país até 2016, ano das Olimpíadas, diz o estudo. Em 2016, a renda movimentada pelo turismo nos parques pode chegar a R\$ 2,2 bilhões. (BRASIL, 2011)

O cálculo do potencial econômico do carbono estocado com a preservação das florestas em Unidades de Conservação considera que a criação dessas áreas evitou a emissão de pelo menos 2,8 bilhões de toneladas de carbono na atmosfera. Esses créditos renderiam por ano, segundo os pesquisadores, entre R\$ 2,9 bilhões e R\$ 5,8 bilhões. (BRASIL, 2011)

Para fechar os cálculos, o estudo do MMA aponta que estados que ainda não têm legislação de Imposto de Circulação de Mercadorias Ecológico (ICMS-E) poderiam arrecadar até R\$ 14,9

milhões com a adoção do mecanismo, que compensa os municípios pela existência de UC's em seus territórios. O estado de Espírito Santo até o presente ainda não possuí esse mecanismo.

Essa é a comprovação de que florestas são solução, e não problema, do ponto de vista da compensação financeira. Fazer a conservação dessas áreas é uma forma de ativar a economia brasileira. Para o secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Bráulio Dias, a possibilidade de calcular o potencial econômico de Unidades de Conservação pode ajudar a garantir investimentos para a implementação efetiva e a gestão correta dessas áreas.

Tradicionalmente os custos com conservação são vistos como gastos e não como oportunidades. Muitos setores assumem que a contribuição dos investimentos em conservação tem impacto zero na economia, e isso influi em debates como o de alteração de Código Florestal.

Dias (1991) reconheceu que a implementação e a gestão das UC's são ineficientes e disse que o cenário só mudará quando a conservação deixar de ser tratada como uma questão secundária, pois para ele:

Os recursos estão aquém do tamanho da tarefa porque a sociedade e o governo não enxergam a contribuição dessas áreas para o desenvolvimento do país, encaram como uma questão marginal. Estamos falando de uma área significativa do território e damos atenção mínima a essas áreas. (DIAS, 1991, p.15)

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação recebe cerca de R\$ 450 milhões por ano, metade do mínimo necessário para a gestão e o funcionamento básico das unidades. Além desse custeio mínimo, os pesquisadores do estudo calculam que R\$ 1,8 bilhão seria o aporte necessário em infraestrutura e planejamento para que o potencial econômico das UC's seja aproveitado ao máximo. (BRASIL 2011)

Se por um lado, o SNUC defende a ideia das UC's como potencial para a economia do país. Por outro lado, o Governo Federal em 20 de outubro de 2011 propôs privatizar as Unidades de Conservação sob domínio federal.

Esta afirmativa se apoia no acordo feito entre o Ministério do Planejamento e Meio Ambiente sobre concessões das UC's, sob domínio federal para a iniciativa privada. Izabela Teixeira, Ministra do Meio Ambiente durante o acordo afirma que:

Precisamos aumentar o investimento por quilômetro quadrado (km²) protegido, as concessões devem dobrar, no primeiro ano, o gasto por km², passando da faixa atual, de US\$ 5 a US\$ 6 e depois para mais de US\$ 10. (CARVALHO, 2002)

O gasto em áreas protegidas na Argentina é de US\$ 15 dólares por km²; e nos Estados Unidos, US\$ 156 dólares por km² (CARVALHO, 2002). Porém, vale destacar que países do Norte, como os Estados Unidos da América (USA), não demonstram cuidados com o meio ambiente em uma escala global, pois além de não se comprometerem com as decisões das grandes conferências mundiais sobre o meio ambiente, comumente vão até os países do Sul para instalar suas indústrias, extrair recursos naturais e degradar o meio ambiente, visando quase que exclusivamente a questão econômica.

Segundo Carvalho (2002), Izabela Teixeira Ministra do Meio Ambiente considera a iniciativa do governo em buscar parcerias na gestão das UC's como positiva e extremamente inovadora. A Ministra enfatizou também que não estava discutindo privatização, mas sim um modelo de gestão para as UCs. Nós temos que modernizar, disse antes de garantir que a União continuará dona do patrimônio e afirma: É um ativo da sociedade. Mas, o governo brasileiro ainda não estabeleceu se empresas privadas estrangeiras poderão também participar da concessão, portanto existem lacunas que ainda não foram esclarecias sobre a parceria com o sistema privado na gestão das UC's.

A privatização das UC's oriundas das concessões ganhou a terminologia de parcerias públicoprivadas. Nestas parcerias o governo tem feito contratos de prestação de serviços de 5 a 35 anos, em valores não inferiores a R\$ 20 milhões. Só com o Parque Nacional de Iguaçu (PR), que tem 0,3% de sua área total concedida (185 mil km²) a iniciativa privada, fatura R\$ 120 milhões por ano com turismo. (CARVALHO, 2002)

Segundo o Relatório Parametrizado do Ministério de Meio Ambiente, há no presente em todo o país, 1.649 Unidades de Conservação cadastradas no Cadastro Nacional de Unidades de

Conservação (CNUC). Portanto, é só fazer os cálculos para verificar os lucros da iniciativa privada com a parceria público/privado nas áreas protegidas brasileiras.

Como visto, as UC's geram recursos e o ecoturismo é o turismo que mais cresce no Brasil, portanto, o correto manejo do patrimônio natural e cultural torna-se algo social, ambiental e economicamente viável para o país.

Mas, para que uma UC seja atrativa para o ecoturismo o mínimo exigido é que se respeite a cultura local, os limites do ambiente visitado, valorizando o equilíbrio de questões econômicas e sociais. Assim se completa o tripé que alimenta a sustentabilidade do próprio negócio eco turístico. Não valorizar a cultura local, degradar a natureza e não considerar o social e o econômico é uma forma prosaica e nada inteligente de explorar os recursos naturais, pois além do benefício financeiro que o país deixa de usufruir, ainda há enormes perdas nos campos sociais e ambientais.

2.2 CARACTERISTICAS DAS POPULAÇÕES DO INTERIOR E ENTORNO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL

Os conflitos que envolvem a posse da terra nas Unidades de Conservação são gerados ora por proprietários de terra com documentação de apropriação e, ora por pessoas da comunidade do entorno da Unidade e que comumente não possuem documentação de regularização, mas garantem a sua propriedade pelo histórico de utilização da terra. A desapropriação daqueles que possuem documentação e a posse da terra por parte do Estado e daqueles que não possuem documentação, são situações geradoras de grandes conflitos.

Estas populações (caiçaras, ribeirinhos, seringueiros e outras variantes), ocupam a região há muito tempo e comumente não tem registro legal de propriedade privada individual da terra, definindo apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de utilização comunitária, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente. Excetua-se às populações tradicionais à indígena e a quilombola, que desfrutam de uma legislação que define especificamente os direitos dessas comunidades no Brasil. (ARRUDA, 1999)

Os diferentes tipos de ocupação das áreas do entorno das Unidades de Conservação são questões referidas por Soares (2002), como temas de difícil resolução, pois interferem na dinâmica social das populações de pequenos e médios proprietários rurais, moradores de assentamentos da Reforma Agrária, aglomerados urbanos, dentre outros.

Da mesma forma que gera conflito desapropriar áreas onde vivem populações no entorno das Unidades de Conservação, retirar populações tradicionais que vivem dentro dos limites das Unidades também gera grandes conflitos. Como exemplo, pode-se citar o que vem acontecendo com as Unidades de Proteção Integral, que são as categorias de Unidade que não permitem populações vivendo dentro dos seus limites territoriais. No Parque Nacional do Jaú e no Parque Nacional de Superagui, classificados como Unidades de Proteção Integral, criados há mais de dez anos, até o presente momento desse estudo possui populações residindo no seu interior.

Diversas soluções têm sido adotadas para minimizar os problemas de ocupação interna e do entorno das Unidades de Conservação, a principal delas é de caráter indenizatório para as populações que vivem nestas áreas. Porém notam-se grandes alterações nas dinâmicas social, cultural e econômica dessas comunidades indenizadas e reassentadas, havendo, quase sempre, grandes impactos sociais e culturais negativos.

Segundo o SNUC a partir da premissa de que toda atividade antrópica gera impacto sobre o ambiente, quando o ecossistema não suporta a presença humana, esta deve ser retirada e reassentada e quando verificado que há a possibilidade de convivência, recomenda-se a reclassificação da Unidade de Conservação para a categoria de Uso Sustentável, que por sua vez regulamenta/controla essa presença humana.

Considera-se populações tradicionais aquelas que apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltados principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto, derivadas de conhecimentos patrimoniais e, normalmente, de base sustentável. (ARRUDA, 1999)

A Constituição Federal de 1988 define comunidades tradicionais os grupos que possuem culturas diferentes da cultura predominante na sociedade e se reconhecem como tal. Estes grupos devem se organizar de forma distinta, ocupar e usar territórios e recursos naturais para

manter sua cultura, tanto no que diz respeito à organização social quanto à religião, economia e ancestralidade.

Para as populações tradicionais o valor do ecossistema é imensurável⁷, pois mantem gerações e gerações dessa população e, por isso, geralmente são ambientes historicamente conservados. Porém, contrariamente a isso, o que se vê na pratica social da política ambiental brasileira é que: de um lado têm-se as indenizações das populações tradicionais ou de indígenas que são de valores muito baixos e não consideram a história, a cultura e os meios de sobrevivência e vínculos sociais que se consolidaram nessas comunidades, por outro lado, têm-se as altíssimas indenizações das populações não tradicionais, majoritariamente com títulos de propriedade e devidamente registrados em cartórios.

Para Arruda (1999) o maior problema tem sido o do custo das desapropriações, que são inflacionados por manobras jurídicas e contábeis, referido por esse mesmo autor, como a indústria de indenizações.

Para ilustrar, basta observar o depoimento do Secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, ao estudo de Arruda (1999, p. 79), quando comenta sobre os altos e irreais valores pagos pelas indenizações para as desapropriações de áreas urbanas, observem:

[...] os dez precatórios mais importantes do Estado, que geram polêmica no Supremo Tribunal Federal, se referem à Mata Atlântica ou a Unidades de Conservação. Só em uma única desapropriação, em Ubatuba, São Paulo, o Estado foi condenado a pagar R\$ 500 milhões por uma área de 10 mil hectares.

Para se ter uma ideia da amplitude do problema o estudo desenvolvido por Arruda em 1999, mostra que, à época, 35% das Unidades de Conservação da Amazônia se sobrepõem a áreas indígenas. Na Mata Atlântica essa sobreposição é superior à da Amazônia e o envolvimento das comunidades do entorno torna-se uma tarefa hercúlea, tanto do ponto de vista de um número maior de sobreposições de áreas, como também por conta do perfil dessas comunidades que tem interferência com as Unidades de Conservação. Na Amazônia tem-se uma interferência

⁷ Em 1855, o cacique Seattle, da tribo Suquamish, do Estado de Washington, enviou uma carta ao presidente dos Estados Unidos (Francis Pierce), depois de o Governo haver dado a entender que pretendia comprar o território ocupado pelos índios. A carta tem mais de um século e meio, mas o desabafo do cacique tem uma incrível atualidade, pois questiona a valoração dada ao ambiente e cita que o destino do ambiente é comum a todos.

maior de comunidades tradicionais, enquanto no entorno da Mata Atlântica há tanto comunidades tradicionais como rurais e urbanas, o que torna mais complexo o envolvimento desses diferentes atores.

Isso demonstra que criar áreas protegidas por si só não tem gerado os resultados esperados, pois existe uma diversidade de relações a serem estudadas e geridas continuamente e em conjunto para o sucesso na conservação e na efetiva gestão participativa de áreas de grande relevância biológica como as Unidades de Conservação.

As medidas de desapropriação normalmente acarretam grandes problemas sociais. E, frente à necessidade de assegurar os direitos de posse das populações tradicionais destaca-se tanto a mencionada constituição brasileira de 1988, como a Convenção nº196 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), bem como a criação de uma lei⁸ pelo SNUC que permite a permanência transitória das populações tradicionais no interior das Unidades de Conservação.

No texto da lei, estão explicitadas as responsabilidades do Estado e do órgão gestor da Unidade. Cabe ao Estado o reassentamento desta população e ao órgão gestor a regulação da permanência da população nas Unidades de Conservação.

Segundo consta no estudo de Soares (2000) apesar dessa possibilidade oferecida pela lei, os moradores do Parque Nacional de Jaú, por exemplo, se consideram prejudicados devido ao impedimento do tráfego de embarcações no rio Jaú, impedindo a compra e venda de produtos, comprometendo o livre trânsito e a sobrevivência da população que ali historicamente reside.

Vale ressaltar que consta no Art. 42 desta Lei:

As populações tradicionais residentes em Unidades de Conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente recolocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes. (SOARES, 2000, p. 19)

⁸ A Lei nº. 9.985 de 18 de julho de 2000, criada para estabelecer as normas do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SUNC) de permanência e reassentamento de populações tradicionais que vivem no interior ou do entorno das Unidades de Conservação.

Neste contexto, observa-se que mesmo cabendo ao poder público o reassentamento das populações tradicionais, o que se observa na prática, é a ineficiência, ou mesmo a omissão do poder público para resolver tais problemas para a regularização fundiárias das UC's. Assim, as responsabilidades que por lei, caberiam ao poder público, muitas vezes, passam a ser exercida por diferentes segmentos da sociedade civil organizada, tais como: Organizações Não Governamentais (ONGs) sem fins lucrativos; sindicatos de trabalhadores; associações de pescadores; Movimento Sem Terra (MST), dentre outros.

Para Gramsci (1978) a forma como estes diferentes organismos privados de hegemonia atuam, no seio da sociedade civil, frente às ocupações, varia basicamente em função dos níveis de participação da população envolvida, pois somente o envolvimento destes organismos não garante a plenitude na obtenção dos resultados. A presença da população no entorno ou no interior das Unidades de Conservação é anterior à criação destas áreas, portanto devem ser respeitados em suas culturas, meios de sobrevivência e relações sociais construídas.

As diversidades de populações que residem nestas áreas se organizam de diferentes formas e está ligada a sua localização, dependendo se estão em áreas rurais ou urbanas. Assim, nota-se a existência de populações indígenas, pescadores, pequenos produtores rural, adeptos do Movimento Sem Terra, aglomerados urbanos, dentre outras comunidades, vivendo diretamente ligadas as Unidades de Conservação, principalmente no caso da Mata Atlântica.

Isso demonstra o quão diverso e complexo é o uso e a ocupação do solo em locais de grande relevância ecológica e que na atualidade apresenta-se como um grande desafio, a adequada gestão das Unidades de Conservação.

2.3 A POSSE E O DOMÍNIO DA TERRA NA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO PARQUE ESTADUAL PAULO CESAR VINHA

Outro fator que se soma a não utilização do potencial econômico das UC's no Brasil, é o direito de propriedade da terra. A realidade vista no PEPCV, assim como na maioria das Unidades, engloba espaços territoriais que são objeto de litígios judiciais sobre o direito de propriedade da terra: ao norte, as áreas onde se propunha a implantação da Cidade do Sol, era um empreendimento do Governo do Estado. Na parte central, as terras são remanescentes da antiga

Fazenda Palmeiras. Na porção sul, engloba terras que faziam parte do Loteamento Recreio de Setiba, que era de propriedade particular de Felício Nemi. (ESPÍRITO SANTO, 2007)

Segundo Soares (2002), a situação fundiária de cada Unidade de Conservação, no período do desenvolvimento de seu estudo, representava um dos maiores obstáculos à implantação e à gestão das áreas protegidas no Brasil. Enquanto algumas Unidades de Conservação tinham a posse e o domínio da terra, outras conviviam com conflitos sobre a posse e o domínio da terra.

O SNUC estabelece que as Unidades de Conservação devam dispor de um Plano de Manejo, não apenas para a Unidade de Conservação em si, mas também para a sua Zona de Amortecimento⁹ e Corredores Ecológico¹⁰, sendo definido com um documento técnico mediante o qual se estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da terra e o manejo dos recursos naturais.

O entorno do PEPCV corresponde a APA de Setiba, que funciona em conformidade com o SNUC, como a zona de amortecimento da Unidade de Conservação de Proteção Integral PEPCV. O histórico da APA do PEPCV teve início no ano de 1994 com a criação da APA Arquipélago das Três Ilhas por meio do Decreto Nº 3. 747/94. A Área de Proteção Ambiental Paulo Cesar Vinha, denominada somente de APA de Setiba, foi inicialmente regulamentada por meio do mencionado Decreto, mas que a partir do ano de 1998 passou a ser regulamentada pela Lei Estadual Nº 5.651/98.

Com a chegada do SNUC, a gestão das Unidades PEPCV e APA deveria ser feita em conjunto e, na época, coube a Procuradoria Geral do Estado (PGE) definir as atribuições e competências desse Conselho único. O objetivo da Procuradoria foi o de clarificar o rol de assuntos para os quais o Conselho consultivo das Unidades deveria trabalhar. Conforme prevê o SNUC, quando há Unidades de Conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, que a gestão desse mosaico seja feita de forma integrada e participativa, considerando inclusive seus distintos objetivos de conservação.

¹⁰ Corredores ecológicos são porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando Unidades de Conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais (BRASIL, 2000).

_

⁹ Zona de amortecimento são áreas do entorno de uma Unidade de Conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade (BRASIL, 2000).

As Diretrizes do Conselho Gestor do PEPCV e APA de Setiba foi constituído pela Lei Estadual Nº 5.651 de 1998 e pelo Decreto Estadual Nº 3747 de 1994 e, na evolução dos documentos que regulamentavam a gestão do PEPCV e da APA de Setiba, tem registros de inconsistências, seguidas de adequações feitas pelo Estado. Dentre as inconsistências revisadas, consta inclusive a solicitação de adequações quanto à atuação do conselho que ora possuiu um caráter deliberativo ora consultivo. Nesse processo algumas responsabilidades eram direcionadas ao conselho, onde na verdade cabe ao Estado a responsabilidade de regulação de UC's.

Tanto a avaliação da efetividade de gestão em Unidades de Conservação, feita pelo Governo do Estado do Espírito Santo na Unidade PEPCV no ano 2003, como o Parecer Técnico emitido pela Procuradoria Geral do Estado de Espírito Santo no ano de 2005 (Parecer CPEG nº 003/2005), são documentos que contribuíram para a adequação dos regulamentos que orientam as ações nas Unidades em questão. Conforme o próprio SNUC em seu Art.55: as áreas protegidas e Unidades de Conservação criadas com base nas legislações anteriores ao SNUC, que estas sejam reavaliadas, a fim de se adequarem a Lei Federal Nº 9.985/00.

Nesse período inicial, destacam-se até mesmo nos documentos que regularam a criação e gestão da Unidade, algumas parcerias técnicas firmadas entre o Estado e as Organizações Não Governamentais na co-gestão das Unidades. A Associação Vilavelhense de Preservação Ambiental (AVIDEPA) teve relação direta nesse período, pois foram firmadas parcerias por meio de termos de cooperação técnica, que subsidiavam as ações do Conselho Gestor das Unidades, principalmente no PEPCV.

No tocante ao Plano de Manejo, quando se analisa o quantitativo de Unidades de Conservação Federal e Estadual (ES) detentoras de Plano de Manejo, tem-se que das Unidades de Conservação de nível Federal e sob responsabilidade do ICMBio, apenas duas não apresentam Plano de Manejo, já para as Unidades de Conservação de nível Estadual (ES) tem-se que das 16 áreas protegidas, sob responsabilidade do IEMA, apenas 3 detém de um Plano de Manejo. O Parque Estadual de Itaúnas, o Parque Estadual Paulo Cesar Vinha e a APA de Setiba são as Unidades do Espírito Santo contempladas pelo documento, sendo que: o PEPCV e a APA de Setiba são o parque, foco do estudo, e sua zona de amortecimento respectivamente.

Assim o Plano de Manejo das UC's deve contemplar questões relativas ao uso e domínio do solo, bem como, questões referentes às relações estabelecidas com as populações do seu interior e entorno.

A situação atual do PEPCV não foge à regra brasileira, uma vez que ainda convive com os conflitos pela ausência de titularidade da terra, que além de dificultar a consolidação da UC e ações de manejo, o deixa vulnerável a pressão constante da urbanização no seu entorno. A gestão do Parque deve então estabelecer estratégia para realizar ordenamento territorial no seu entorno, visto que o poder público não possui previsão de deter posse de terras fora dos limites do Parque. (ESPÍRITO SANTO, 2007)

Consta no Relatório Técnico do Plano de Manejo do PEPCV que:

Discorre-se, inicialmente, sobre a primeira premissa defensiva que consiste na definição de ações em prol da **regularização fundiária do PEPCV**, visto que a situação atual compromete os níveis de eficiência da gestão dessa área protegida e suscita conflito com os atores locais, em razão de que o patrimônio natural a ser conservado, só o será em sua plenitude quando a posse for indiscutivelmente do Estado. Essa premissa justifica-se também pelo fato de que algumas dessas áreas estão sob litígio judicial, chegando a apresentar mais de uma reivindicação de propriedade. Assim, vislumbra-se a real e premente necessidade de solucionar, em definitivo, a situação dessas áreas que integram a Unidade, como uma tarefa prioritária que possibilite a gestão dos recursos de forma a garantir a integridade dos processos ecológicos. (ESPÍRITO SANTO, 2007, p 7)

Em 2004, foi criada a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, subordinada ao Ministério do Meio Ambiente com a finalidade, entre outras, de estabelecer e acompanhar a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais. Estima-se que cerca de 4,5 milhões de pessoas fazem parte de comunidades tradicionais atualmente no Brasil, ocupando 25% do território nacional, representados por caboclos, caiçaras, extrativistas, indígenas, pescadores, quilombolas, ribeirinhos, entre outros. Em conformidade com a definição de comunidades tradicionais podemos afirmar que alguns segmentos da população do entorno do PEPCV se configuram como populações tradicionais como é caso dos pescadores.

Portanto, a ocupação das UC's não difere dos direitos territoriais de povos e populações tradicionais no Brasil que foram conquistados a partir de lutas e reivindicações ocorridas na história recente do país.

2.4 CONFLITO NA CRIAÇÃO E NA TEMPORALIDADE DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO PEPCV

Como já referido em outro momento, o ambientalista Paulo César Vinha foi assassinado por denunciar a extração ilegal de areia em uma Área de Preservação Permanente (APP) com vegetação de Restinga, um ecossistema associado à Mata Atlântica da Região Metropolitana da Grande Vitória, entre os municípios de Guarapari e Vila Velha.

Paulo era natural de Conceição do Castelo, região serrana do ES, morreu aos 36 anos. Era biólogo, presidia a Associação dos Biólogos do Espírito Santo e integrava a Associação Capixaba do Meio Ambiente (ACAPEMA). Foi fundador do Partido dos Trabalhadores no Município de Vila Velha e era militante ecologista, participando ativamente das lutas em defesa do meio ambiente e pela demarcação de terras indígenas capixabas, bem como lutou contra a instalação de uma usina nuclear no Estado. Paulo era um grande conhecedor da restinga do Espírito Santo, além de ser um especialista em fungos.

O biólogo Paulo também teve atuação nas lutas populares por transporte coletivo e moradia, chegando à posição de secretário de Transportes da Prefeitura de Vitória. Além disso, foi secretário geral da primeira diretoria da Central Única dos Trabalhadores (CUT) do ES.

Ao analisarmos a temporalidade de criação das Unidades de Conservação nos âmbitos mundial e nacional, nota-se que a criação de áreas protegidas são alguns dos resultados positivos da grande conferência mundial sobre o meio ambiente ocorrida no ano de 1992 na cidade do Rio de Janeiro, Brasil., a Eco-92. No ES, em especial o PEPCV, soma-se ao fato a reação política da sociedade civil em face à morte do ambientalista Paulo Cesar Vinha.

Na década de 1960, iniciaram-se os investimentos econômicos que impulsionaram o uso e ocupação do solo no litoral sul do Espírito Santo, particularmente nos municípios de Guarapari e Vila Velha. A partir da década de 1980, intensificaram-se as pressões para desapropriação nesta região. Nos anos 90, o governo estadual através do Decreto Estadual Nº 4.422-N/90, declarou como de Utilidade Pública para fins de desapropriação, área de terra e benfeitorias necessárias à implantação do Parque Estadual de Setiba, que foi criado neste mesmo ano.

Os ambientalistas defendiam a desapropriação devido às pressões que vinha sofrendo algumas áreas do PEPCV, principalmente em sua porção norte onde foram realizados até mesmo loteamentos. Nestas regiões, devido aos aterros realizados, a vegetação encontra-se fragmentada e em alguns locais a mata dificilmente irá se recompor sozinha. Além do desmatamento provocado pelo loteamento, há ainda as queimadas e a retirada ilegal de areia, registradas na área do PEPCV desde o final da década de 80 (TEBALDI, 2010). Dentre os ambientalistas destacam-se as ações como a do Paulo e da Associação Vilavelhense de Proteção Ambiental (AVIDEPA).

O estudo de Tebaldi (2010) comprova a importância de criação do PEPCV, pois ele constatou que houve a diminuição da área de solo exposto, que no ano de 1998, correspondia a aproximadamente 65,51 hectares e dez anos depois a 30,48 hectares, sofrendo uma redução das áreas de solo exposto, sem vegetação. Este resultado é um dos mais significativos da pesquisa de Tebaldi e confirma a importância da criação do PEPCV para a preservação e recuperação desse ecossistema, bem como demonstra sua relevância para a manutenção da biodiversidade nessa região.

A expansão em mais de 90% da área da Rodovia ES 060, também denominada Rodovia do Sol, que margeia o PEPCV gerou diversos impactos sobre a fauna e flora local. Pode-se observar ainda hoje, que na porção próxima ao pedágio da rodovia, onde foi instalado seu canteiro de obras, a vegetação ainda não se recuperou completamente, sendo mais uma área de solo exposto, porém em lenta recuperação. (TEBALDI, 2010)

Outra questão apontada no estudo de Tebaldi (2010) refere-se à urgência na preservação da Área de Proteção Ambiental de Setiba (APA), uma vez que ela atua como zona tampão e de amortecimento do PEPCV.

No Relatório Constatações Preliminares elaborado pelo estado do ES no ano 2003 em parceria com o Instituto de Pesquisas na Mata Atlântica (IPEMA), para realizar a medição da efetividade de gestão em Unidades de Conservação, foi possível notar que as mesmas inconsistências legais apontadas nessa dissertação de mestrado, também puderam ser identificadas na medição realizada em 2003. O relatório cita que os problemas básicos de definição de critérios para os mecanismos que tornam a participação efetiva e satisfatória no Conselho da Unidade, puderam

ser identificados a partir de metas não atingidas pelo arranjo institucional existente. (PADOVAN, 2003)

O mencionado relatório cita inclusive embates entre o antigo órgão responsável SEAMA e o movimento ambientalista AVIDEPA e, assim como essa dissertação, apontava a falta de coesão dos grupos de interação que legalmente podem gerir a Unidade. (PADOVAN, 2003)

Outros pontos importantes identificados nessa dissertação de mestrado que vão ao encontro das constatações do relatório supracitado são:

[...] atacar o problema da Unidade é envolver ao mesmo tempo os atores significativos do Parque e da APA. Portanto, é necessário considerar muitos fatores e verificar como as diversas variáveis se influenciam mutuamente... O PEPCV possui como peculiaridade em seu processo de criação, um forte envolvimento dos movimentos ambientalistas locais e a proximidade do aglomerado urbano de Vitória, Vila Velha e Guarapari... Desta forma, os trabalhos realizados na Unidade abrangem o próprio processo de criação e implementação e os problemas de Regularização Fundiária. (PADOVAN, 2003, p. 27)

Partimos do entendimento de que para compatibilizar uso das terras e a sustentabilidade ambiental, econômica e social local, é fundamental planejar a ocupação e conservação da paisagem como um todo, fazendo valer o Plano de Manejo confeccionado para a área, sem se esquecer do envolvimento e participação da população que vive no entorno do PEPCV no gerenciamento do mesmo.

2.5 A POPULAÇÃO DO ENTORNO DO PEPCV

O perfil da população residente na APA de Setiba foi tema de pesquisa¹¹ realizada por Saibel (1995). Apesar de não ser um estudo recente ele nos fornece dados que permitem afirmar a necessidade de um olhar diferenciado, por parte da gestão de PEPCV.

¹¹ Pesquisa apresentada para obtenção de título de Pós Graduação ao Departamento de Geociências da Universidade Federal do Espírito Santo: "Conservação do Parque Estadual Paulo Cesar Vinha e Participação Comunitária". (SAIBEL, 1995)

Em relação ao perfil socioeconômico e cultural o estudo mostra que entre os moradores, a maioria não possuía ensino fundamental completo. As principais fontes de renda eram o trabalho na construção civil, no comércio ambulante de alimentos no verão, o trabalho como lavadeira ou como doméstica. O nível salarial era composto por aproximadamente 25,5% das famílias com renda de até 1 salário mínimo, 20% de 1 a 2 salários, 38% de 2 a 4 salários mínimos, 12,9% de 4 a 10 salários mínimos e apenas 1,8% de mais de 10 salários mínimos. (SAIBEL, 1995)

Em relação aos principais problemas do entorno do ponto de vista dos moradores 43,6% considerou a necessidade de saneamento básico: água, esgoto e destinação de resíduos. Em Setiba, a solução de saneamento era representada pelo uso de fossa séptica em 87,3% dos domicílios, sendo o restante ausente de qualquer tipo de tratamento. O lixo domiciliar era coletado pela Prefeitura Municipal de Guarapari, três vezes por semana, sendo que apenas 67,3% dos domicílios eram atendidos pela coleta, 21,8% queimavam, 1,8% enterravam e 1,8% jogavam o lixo em terrenos baldios. Quanto à atividade de lazer a população relatou preferir a praia, seguida de assistir a programas de TV e outras formas de entretenimento. (SAIBEL, 1995)

Quanto aos registros de interação e percepção ambiental da população relativa ao PEPCV o estudo aponta que 14,55% dos domicílios de Setiba dispunham de fogão a lenha, sendo que 5,5% utilizavam madeira extraída do Parque. A minoria da comunidade de Setiba (16,4%) nunca tinha ouvido falar do Parque Estadual enquanto a maioria (83,6%) reconhecia sua existência. (SAIBEL, 1995)

Quanto à importância do Parque refletiu-se na opinião da maioria dos entrevistados, sendo considerado por alguns como responsável pela qualidade do ar mais saudável, pelo incentivo ao turismo e, pela conservação dos recursos e belezas naturais. Já a legislação ambiental incidente na área do PEPCV foi de ciência de cerca de 76,4% dos entrevistados. Aproximadamente 72,7% consideravam importante o Parque em função da conservação dos recursos naturais, entretanto somente 9,1% afirmaram ter participado de alguma atividade promovida pelo PEPCV. (SAIBEL, 1995)

O estudo aponta que com relação ao conhecimento das comunidades sobre a importância da conservação da biodiversidade as comunidades têm como referência o PEPCV. Quanto à potencialidade para o turismo é notória a referência do balneário e Parque de Setiba. Identificam também a Lagoa de Caraís e as Dunas D'Ulé como locais de beleza cênica e lazer. Apontam o evento anual denominado como Passos de Anchieta como um potencial para divulgação e conhecimento das belezas naturais de Guarapari. No tocante à relação com os recursos naturais pode-se apurar que os moradores mantêm atividades de recreação e lazer em contato com a natureza.

Os moradores apontam no estudo, problemas ambientais, principalmente na área da Unidade advindos principalmente da extração mineral, carvoaria, extração de madeira, caça de animais silvestres e extrativismo vegetal de espécies nativas como a aroeira e as bromélias.

O estudo traz informações que um dos temas recorrente entre os moradores versa sobre o ordenamento territorial em razão de sua importância para a conservação hídrica e ambiental versus a pressão dos empreendimentos imobiliários para alteração do uso e ocupação do solo.

Outros impactos potenciais decorrentes do uso e ocupação do solo inadequado são relatados pelos moradores ao estudo de Saibel (1995), como o crescente uso das áreas sujeitas à inundação de sedimentos para os cursos hídricos, bem como a verificação de supressão de vegetação nativa para a implantação de loteamentos.

Um senso comum entre os moradores da APA de Setiba são os problemas existentes quanto à extração ilegal de areia, que se localiza próximo ao Parque Estadual e que se apresenta como problema devido à falta de fiscalização por parte dos órgãos ambientais competentes. (SAIBEL, 1995)

Comparando o estudo de Saibel, realizado em 1995 com o atual Plano de Manejo do PEPCV observa-se que as atividades ou situações conflitantes do passado se mantêm e em alguns pontos se agravaram. Observem os problemas que são descritos no Plano de Manejo do PEPCV.

O baixo esclarecimento da população quanto às funções do Parque faz com que ela frequentemente confunda a sede do PEPCV como uma representação do IEMA de tal modo, que muitos populares vão à sede do Parque solicitar licenças atribuídas ao órgão ambiental.

O trânsito de veículos nas dunas e outras áreas do Parque é um problema que ocorre com frequência há bastante tempo. Refere-se, sobretudo, ao acesso de surfistas à praia e de donos de terras ainda não desapropriadas localizadas no interior do Parque. Além da comodidade de acesso à praia, esta prática relaciona-se também a ocorrências de assaltos, roubo de carros e até sequestros. Tem se percebido até mesmo a entrada de motoqueiros para fazer trilhas nas dunas da praia D´Ulé, localizada no interior do Parque.

A extração ilegal de areia e argila no PEPCV e entorno, causa da morte de Paulo Cesar Vinha, ainda continua acontecendo, fundamentalmente à noite, fato registrado por guardas do Parque. Observa-se também a extração ilegal de vegetação nativa, como principal exemplo tem-se a aroeira, atrativa pelo grande valor no mercado de exportação, considerando as demandas das indústrias de cosmético e farmacologia, além do valor culinário dessa planta, vulgarmente conhecida como pimenta rosa, além dos registros de caça e de queimadas, o aumento da especulação imobiliária e a entrada de veículos 4x4 no interior do Parque, já mencionados e feitos via acesso à praia do D' Ulé, Ponta da Fruta, município de Vila Velha.

A retirada ilegal de madeira tem sido para a produção de lenha e de carvão, até por quem fabrica panelas de barro. As práticas de caça e pesca no interior do PEPCV ocorrem normalmente em horários noturnos, em função da dificuldade de alocação de pessoal para a fiscalização da Unidade.

As invasões de áreas do PEPCV para fixação de moradia requer vigilância constante devido as tentativa de invasão do Parque, com pessoas que entraram e começaram a construção de barracos para se instalar de forma definitiva nas terras do PEPCV.

Há residentes no interior da APA, entorno do Parque, que criam porcos, patos e galinhas e há aqueles que mantêm a produção de cana-de-açúcar, goiaba e côco, por exemplo. A dinâmica de ocupação do entorno são motivos de preocupação para a administração do Parque devido a permanente aparição de novos empreendimentos imobiliários e até mesmo industriais.

Como vimos pelos resultados do estudo de Saibel (1995) e pelo que consta no Plano de Manejo do PEPCV, os desafios do Conselho Gestor do PEPCV são muitos, principalmente quando se refere à relação com os moradores do entorno e interior do Parque.

3 REDEMOCRATIZAÇÃO DAS POLÍTICAS NO BRASIL E O CONTROLE SOCIAL NA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL PAULO CESAR VINHA

Para a construção deste capítulo sobre o controle social inicialmente partimos de um breve histórico dos movimentos sociais ambientalistas no Brasil e no ES e suas contribuições na conformação dos Conselhos de Meio Ambiente, bem como, seu desdobramento em Conselhos locais, como é o caso do Conselho Gestor do PEPCV. Ao mesmo tempo o estudo se aproxima do importante protagonismo das Organizações Não Governamentais sem fins lucrativos nos seio destes Conselhos. Na sequência foi imprescindível uma breve reflexão sobre os fundamentos teóricos que regem o controle social no funcionamento dos Conselhos, a partir dos pressupostos da democracia para finalmente compreender as principais ações dos conselheiros no PEPCV sob a lógica do controle social.

3.1 O DESDOBRAMENTO DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA EM CONSELHOS

O movimento ambientalista brasileiro, no contexto da redemocratização, em suas distintas vertentes, recebeu forte influência do movimento ambientalista internacional e nessa linha, inúmeras ações internacionais, articuladas ao movimento ambientalista nacional, tornaram-se importantes nas regiões mais relevantes e vulneráveis do país.

Mas, as políticas ambientais adotadas no Brasil são comumente focadas em estilos de vida incompatíveis com a conservação dos recursos ambientais, pois até hoje industriais que fazem a extração de recursos naturais e causam grandes impactos ambientais e sociais ainda podem ser registradas no país. Constata-se que somente algumas vitórias conquistadas em lutas isoladas, ora de grupos ambientalista, ora de movimentos apoiados pela comunidade de inspiração religiosa, podem ser vistas na recente história política do país.

Lopes (2006) afirma que atualmente assuntos ambientais aparecem como transversais e ligados a outras lutas ocorridas no seio da sociedade civil. Segundo este autor, alguns segmentos dos movimentos sociais se apropriam da linguagem e da argumentação ambiental para fortalecer o discurso de suas lideranças durante os conflitos com seus eventuais oponentes. Pode-se pensar, de acordo com esse autor, que lideranças de movimentos sociais se apropriam do discurso

ambientalista, mais para fortalecer as suas diferentes lutas, do que a luta real pela preservação ambiental em si.

Lopes (2006) ao mesmo tempo em que critica o discurso ambientalista de alguns segmentos da sociedade civil, valoriza outros. Seu estudo sobre processos de **ambientalização dos conflitos** e sobre **dilemas da participação** toma como exemplo os pescadores de Itaguaí, que adquiriram uma linguagem própria da biologia no tratamento da poluição da Baía de Sepetiba. Os representantes de associações de moradores que participando do conselho de desenvolvimento urbano e meio ambiente de Angra dos Reis adquiriram um conhecimento de termos e procedimentos urbanísticos nos seus argumentos em debates, que contribuíram muito na aplicação do Plano Diretor dessa cidade.

Para Viola (1992), além da vertente estadista, focada no controle da poluição, e da vertente conservacionista, focalizada na conservação dos recursos e da biodiversidade, temos ainda o surgimento da vertente sócio ambientalista, que busca conjugar as reivindicações políticas e sociais com as de ordem territorial e ambiental.

Na atualidade, os Conselhos representam os espaços governamentais para o controle social. O Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA) e os Conselhos Regionais de Meio Ambiente (CONREMAS), são órgãos colegiados constituídos paritariamente por representantes da sociedade civil, por representantes do setor empreendedor, e por representantes da administração pública, tendo caráter consultivo, deliberativo, normativo, recursal, com finalidade e competência prevista nos termos da Lei complementar nº 152 de 17 de junho de 1999, que foi alterada pela Lei Complementar nº 513/2009.

A participação do cidadão nas questões relacionadas ao meio ambiente acontece no contexto da explosão dos movimentos sociais no Brasil, que Ghon (2011) denomina como a **era da participação** na delimitação temporal de 1978 a 1986. Nesse período, estes movimentos aparecem na literatura sob denominação de movimentos ecológicos.

A participação de grupos ambientalistas mundiais foi motivada por grandes problemas que ameaçavam a humanidade tais como: a guerra nuclear; o lixo atômico acumulado e os acidentes em usinas nucleares; bem como o efeito estufa e o enfraquecimento da camada de ozônio na atmosfera.

A década de 70, em particular, marca o despertar da consciência ecológica no mundo, época em que se observam eventos importantes conforme destaca Eduardo J. Viola em seu artigo **O** movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica¹². Assim, segundo o mesmo autor, pela primeira vez os problemas da degradação do meio ambiente, provocados pelo crescimento econômico, são percebidos como um problema global que supera amplamente questões pontuais que eram arroladas nas décadas de 50 e 60 pelas agências estatais de meio ambiente dos países desenvolvidos.

Os problemas de degradação ambiental enfrentados pelos ecologistas dos países de diferentes economias eram similares, mas os problemas de deterioração social eram profundamente diferentes. Enquanto nos países desenvolvidos a grande maioria da população já tinha resolvido o acesso às necessidades materiais básicas, nos países em desenvolvimento, a maioria da população vivia em condições miseráveis, por isto, os problemas de deterioração socioambiental eram muito mais graves nestes países. (OLIVER, 1983)

Todavia há que cite que nos países desenvolvidos a degradação ambiental é até mais grave que nos países em desenvolvimento, pois é resultado de longos anos de desenvolvimento e exploração de recursos nestes países.

No Brasil um dos fatores da pouca aderência e demora, fato ocorrido apenas na década de 80, da participação da sociedade civil brasileira no debate sobre as questões ambientais está, sem dúvida, diretamente ligado ao isolamento das organizações ambientais dos outros movimentos sociais, uma vez que priorizava em seu discurso a necessidade de garantir a qualidade ambiental, ignorando as demais demandas sociais.

O Brasil, considerado por Mirian Leitão no Editorial do Jornal o Globo de novembro de 2011, como a sexta economia no mundo capitalista, é um dos países de maior injusta distribuição de renda e, também um dos países que historicamente negligenciaram o meio ambiente, tendo como desdobramento uma profunda degradação ambiental, percebidas na exploração selvagem

al, 1982; Falk, 1982) (1).

-

¹² Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente em Estocolmo (1972); relatório Meadows (1972) sobre os limites do crescimento e relatórios subsequentes (Tinbergen, 1978; Laszlo, 1977; Bariloche); surgimento do paradigma teórico da ecologia política; proliferação de movimentos sociais ecologistas no mundo ocidental (Eckholm, 1982; Meadows, 1972; Mesarovic; Pestel, 1984; Borgstrom, 1971; Goldsmilhetatii, 1972; Hoffmann et

das florestas, na expansão da monocultura irracional, que somado ao descaso com os detritos da produção industrial, os resíduos de agrotóxicos usados na lavoura e os esgotos lançados diretamente nos rios, têm comprometido perigosamente a qualidade de vida e os seus recursos hídricos. (GONÇALVES, 1984; LUTZENBERGER, 1985)

O crescimento econômico acelerado tornou-se ponto de consenso das elites brasileiras na década de 70. A ideologia do crescimento acelerado e predatório chegou ao ápice durante o governo Médici (1969 -1974), época em que o governo brasileiro escancarou as suas portas para o capital estrangeiro se tornado atrativo para as indústrias poluidoras e abrindo concessões em relação aos gastos que estas empresas teriam com equipamentos antipoluentes.

Durante as duas décadas de Regime Militar, governo e oposições, concordavam na necessidade do crescimento econômico acelerado. As críticas dos segmentos de oposição focalizavam nos custos sociais do crescimento, mais focado no seu caráter concentrador de renda, sem fazer quase nenhuma referência aos custos ecológicos.

Poucos políticos ou economistas da oposição como Celso Furtado, Fernando Gabeira, e Alberto Guerreiro Ramos defendiam um modelo de desenvolvimento que, além de resolver os problemas da desigualdade econômico-social, apontasse também para o equilíbrio ecológico.

A Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) foi criada em 1974, pelo presidente Geisel (1974 – 1979), tinha apenas o objetivo de cumprir exigências de alguns organismos internacionais que determinavam à existência formal deste tipo de órgão, junto com relatórios de impactos ambientais necessários a aprovação de empréstimos destinados a grandes obras públicas.

Durante todo o Regime Militar a SEMA foi uma agência marginal do Ministério do Interior chefiado por Paulo Nogueira Neto. Esta posição marginal do então ministro perdurou até a Nova República, apesar de ter sido criado, nesse período o Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

Em meados década de 70 foram instituídas as agências estaduais de meio ambiente nos Estados do Sul e Sudeste com o objetivo de controlar os excessos em termos de poluição ambiental,

uma vez que o capital estrangeiro para o desenvolvimento industrial se concentrava nestas Regiões.

A política econômica da Nova República (1985 – 1990) se manteve em relação a este desenvolvimentismo predatório, apesar do discurso do presidente Sarney¹³. É importante destacar que João Sayad, Ministro do Planejamento, à época trazia também no seu discurso a necessidade de instaurar um modelo de desenvolvimento que levasse em consideração a preservação ambiental.

Estes novos elementos do discurso do governo, que valorizava o desenvolvimento econômico com justiça social considerando a questão ambiental indicavam a existência de um campo de forças significativamente alterado em relação ao passado, que permitiu uma ampliação do escopo do debate político sobre o meio ambiente e o futuro da sociedade brasileira.

Apesar do meio ambiente não ser prioridade na política governamental durante o Regime Militar (1964 – 1985) os defensores do movimento ecológico, dentro das possibilidades restritas de governos autoritários agiam. Em junho de 1971, um grupo de pioneiros, encabeçado pelo engenheiro agrônomo José Lutzenberger¹⁴, fundou em Porto Alegre, a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN). Esta foi à primeira associação ecologista a surgir no Brasil e na América Latina.

A AGAPAN tinha como principais bandeiras: a defesa da fauna e da vegetação; combate ao uso exagerado dos meios mecânicos contra o solo e à poluição causada pelas indústrias e veículos; combate ao uso indiscriminado de inseticida, fungicida e herbicida; combate à poluição dos cursos d'água pelos resíduos industriais e domiciliares não-tratados; combate às destruições desnecessárias de belezas paisagísticas. (GONÇALVES, 1984; LUTZENBERGER, 1985)

¹⁴ Em sua obra "Fim do Futuro: Manifesto Ecológico Brasileiro", lançado em1980, já previa o problema do aquecimento global, hoje um consenso científico. Por sua representatividade como liderança social, foi convidado e tomou posse como secretário especial do Meio Ambiente (1990 a 1992), época em que, se demitiu do cargo, desiludido com a burocracia e os jogos de poder e disputa de interesses em Brasília. Informações obtidas em http://www.fgaia.org.br/apres-lutz.html, acessado em 7 de novembro de 2012.

¹³ Em 05 de junho de 1986 durante a solenidade do tombamento da Serra do Mar observa-se no discurso de Sarney um conteúdo genérico de defesa ambiental (VIOLA, 1992).

A atuação da AGAPAN, como os demais movimentos sociais, durante o governo Médici foi tímida devido ao período de intensa repressão. A partir de 1974 as condições de atuação da AGAPAN melhoram se tornando visível na sociedade gaúcha. No final da década de 70 com o início da abertura política surgem algumas associações ecológicas nas principais cidades das Regiões Sul e Sudeste, com destaque para o **Movimento Arte e Pensamento Ecológico** em São Paulo.

Além dos movimentos citados, emergiram outros movimentos locais, concentrados principalmente nas Regiões Sul e Sudeste, que manifestavam as preocupações ambientais com a direção política dos governos militares em relação ao desenvolvimento industrial no país. A partir da década de 80, o movimento ambientalista no Brasil explodiu e a preservação ambiental conquistou espaço na estrutura do Estado, em sua totalidade, fazendo parte não só das agendas de governantes nas três esferas de governos, mas também das agendas dos movimentos sociais organizados no seio da sociedade civil.

Em 1981 foi criado o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) órgão responsável por formular as políticas ambientais, cujas Resoluções têm poder normativo, com força de Lei. A Constituição de 1988 também deve ser considerada um importante marco sob o ponto de vista da participação social. A partir de então foram criados os Conselhos estaduais e municipais de meio ambiente e os Conselhos locais voltados para preservação ambiental local, nas diferentes instâncias das políticas ambientais, como foi o caso das Unidades de Conservação.

A partir da segunda metade da década de 80 a temática ambiental assume um papel bem mais relevante no discurso dos diversos atores que compõem a sociedade brasileira. O ambientalismo brasileiro assume uma crescente influência na formulação e implementação de políticas públicas e na promoção de estratégias para um novo estilo, sustentável, de desenvolvimento. Esse crescimento se expande e penetra em outras áreas e dinâmicas organizacionais, estimulando o engajamento de grupos socioambientais, científicos, movimentos sociais e até mesmo do empresariado, cada um com objetivos específicos, mas todos se apoderam do mesmo discurso **desenvolvimento sustentável**.

Essa gama de novos atores, o crescimento em número e tamanho das ONGs, o ganho em visibilidade e legitimidade, possibilita a articulação, formação de redes e outras dinâmicas organizacionais para trocar informações, dividir tarefas e ampliar o alcance das iniciativas. É

importante relatar à forte influência em escala global, conforme denominam Cohn (1992), a revolução do associativismo civil, que repercutiram em escala local e, principalmente escala nacional.

Configura-se, portanto em uma dinâmica setorial entre agências estatais e algumas entidades da sociedade civil, caracterizando segundo Viola (1992), em uma relação dialética baseada no conflito e na cooperação.

Segundo o levantamento de dados realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Economia (IBGE) através da Pesquisa de Informações Básicas Municipais, realizada no ano de 1999, existia no Brasil um total de 26.859 conselhos municipais, que constituem instâncias da sociedade civil e estes se articulam com o poder público. Dentre os temas prioritários dos conselhos destacam-se, em primeiro lugar, os conselhos de saúde, registrado em 98,5% dos Municípios. Os conselhos de assistência social e de educação são vistos em 91,5% e 91% dos Municípios respectivamente. Ainda com forte intensidade e ligado a questões sociais estão os conselhos de direitos das crianças e adolescentes, encontrados em 71,7% dos Municípios e os conselhos de emprego e trabalho, vistos em 30,3% dos Municípios brasileiros.

O mesmo levantamento do IBGE aponta que os conselhos de meio ambiente são registrados em 21,4% dos Municípios, mas sua escala de evolução em relação ao número de habitantes é notável, uma vez que estes conselhos são vistos em 13,9% dos Municípios com população inferior a 10 mil habitantes e em 20,6% daqueles com população entre 10 mil e 20 mil habitantes e, por fim alcançam a incrível marca de 76,9% no caso dos Municípios com população superior a 500 mil habitantes.

No Conselho Gestor do PEPCV observa-se a representação das ONGs, como parte da sociedade civil ali representada. As ONGs no contexto internacional surgiram na década de 1940, associadas aos projetos da Organização das Nações Unidas (ONU). Três momentos foram importantes para o surgimento das ONGs no cenário internacional. Os primeiros anos foram marcados pelas ideologias do desenvolvimento de comunidades e pela filantropia como instrumentos de combate à pobreza e construção da paz. O segundo, caracterizado pelas lutas de resistência ao autoritarismo e para democratização. O terceiro, centrado na ideia de parceria

e voluntariado como possíveis saídas para a crise do **Estado de Bem Estar Social**¹⁵ e o avanço das políticas neoliberais.

No contexto nacional, destacam-se também três momentos. A década de 1970, tida como o período de fundação das ONGs. A década de 1980, como o período de expansão e construção de uma identidade para as ONGs. E, a década de 1990, marcada pelo movimento de globalização e pela atuação das ONGs como atores sociais que se apresentam como uma inovação social.

Vale destacar que a prática e os sentidos associados às ONGs na década de 90 foram fortemente relacionados com o mundo ambientalista por ocasião das grandes conferências mundiais sobre o meio ambiente, promovidas pela ONU.

No cenário internacional este movimento das ONGs foi evidenciado na década 70. Como exemplo, pode-se citar a Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente ocorrida no ano de 1972, na cidade de Estocolmo, Suécia, onde, após a reunião, a sociedade civil internacional passa a cobrar do Brasil uma forma de gestão ambiental integrada, algo que somente duas décadas mais tarde viria a ser atendido, com a criação do IBAMA no ano de 1989. Órgão com objetivos institucionais relativos ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental em território nacional.

Outros exemplos de reflexos das grandes conferências mundiais no Brasil são citados após conferências mundiais sobre o meio ambiente como a Conferência Rio-92, quando a expressão ONG ganha visibilidade e entra no vocabulário da imprensa nacional e alcança a opinião pública, além da criação do Ministério do Meio Ambiente. Nos anos seguintes inúmeras políticas são formuladas a fim de melhor gerir a questão ambiental.

Quanto às repercussões da última Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, ocorrida no ano de 2012 na cidade do Rio de Janeiro, denominada Rio+20 por ocorrer 20 anos após a última conferência ocorrida também na cidade do Rio de Janeiro, a Rio-

_

¹⁵ "**Estado de Bem Estar Social**" entendido como aquele Estado que enfatiza a redução dos riscos sociais mediante a educação e a capacitação, com objetivo de transformar os cidadãos de meros receptores de benefícios sociais em pessoas independentes e co-produtoras de sua própria proteção. (HOCHMAN, 2007)

92, ainda é cedo para que possam ser apontadas. Porém, alguns pontos positivos puderam ser identificados e o mais marcante deles seria a reação e a capacidade de mobilização da Cúpula dos Povos, que há 20 anos, no Fórum Global, evento paralelo a Rio-92, já apontava os riscos que a humanidade e a natureza corriam com as privatizações e neoliberalismo e que agora no ano de 2012 o Comitê Facilitador da Sociedade Civil, no evento paralelo a Rio+20, volta a afirmar na Declaração Final da Cúpula dos Povos que:

As instituições financeiras multilaterais, as coalizões a serviço do sistema financeiro, como o G8/G20, a captura corporativa da ONU e a maioria dos governos demonstraram irresponsabilidade com o futuro da humanidade e do planeta e promoveram os interesses das corporações na conferência oficial. Em contraste a isso, a vitalidade e a força das mobilizações e dos debates na Cúpula dos Povos fortaleceram a nossa convicção de que só o povo organizado e mobilizado pode libertar o mundo do controle das corporações e do capital financeiro. (RIO DE JANEIRO, 2012)

As ONGs no Brasil passaram por diferentes processos que acompanharam as conjunturas sociais e políticas que se sucederam desde sua origem. Atualmente devido à institucionalização, estes organismos ganharam maior visibilidade, recursos dos cofres públicos e também começam a ser enquadradas legalmente.

A partir dos anos 2000 a Lei do Terceiro Setor define, em termos legais, uma prática de pareceria que vinha acontecendo informalmente entre Governo e ONGs redefinindo também as ações dos atores sociais dentro das ONGs. Ao situar as ONGs como parte do Terceiro Setor, a desloca de sua atuação política de contestação e resistência ao modelo capitalista dominante como um traço marcante da sua história por meio de um processo de despolitização que visa retirar qualquer conotação política de sua identidade.

3.2 O MOVIMENTO AMBIENTALISTA NO ES E SEU DESDOBRAMENTO EM CONSELHO

A industrialização do território capixaba recebe com maior intensidade os investimentos estrangeiros e nacionais a partir de 1974, época em que se observa o início dos grandes parques industriais da CVRD, CST, ARACRUZ CELULOSE S.A e SAMARCO. Estas indústrias instalam-se definitivamente e consolidam a produção e exportação de matérias primas. No

contexto desenvolvimentista desse período observa-se a erradicação dos cafezais no estado e o êxodo rural, juntamente com a urbanização.

Os projetos dos governos militares exigiam infraestrutura adequada e a crise energética era vista como uma das ameaças ao setor produtivo da economia brasileira. Sendo assim, a energia nucelar era apontada como alternativa à tradicional gerada pelas hidroelétricas, e o Espírito Santo foi apresentado como uma das possíveis sedes de uma usina, mais precisamente, no município de Aracruz.

As repercussões desse projeto levantaram protestos no ES, sendo um deles a manifestação em resistência à instalação da Usina Nuclear que é lembrada pela maioria dos ambientalistas como marco inicial do movimento ambientalista no ES (PASSOS, 2005). Explicações por parte do governo estadual eram cobradas, pois as informações sobre a usina eram recebidas de modo fragmentado.

Nesse contexto, a Associação Capixaba de Economia e Meio Ambiente (ACAPEMA) uma ONG criada no ES realizou uma de suas primeiras e mais marcantes ações, mobilizando diferentes segmentos da sociedade capixaba em torno do protesto contra a construção da Usina Nuclear.

ACAPEMA teve um papel importante na manifestação contra a instalação da usina que contou com o apoio do físico nuclear Luiz Pinguelli Rosa¹⁶, de outras entidades e do movimento estudantil. Nessa mesma época, a ACAPEMA enviou um ofício aos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito do Acordo Nuclear, do Senado Federal, solicitando informações concretas sobre a instalação da usina no Espírito Santo, tendo em vista que a população capixaba não havia sido consultada e desejava conhecer tudo sobre o Projeto.

Como extensão destas manifestações foi organizada uma marcha até o município de Aracruz, coordenada por uma comissão composta pelo DCE/UFES/ AESB (Associação Espírito

http://pt.wikipedia.org/wiki/Luiz Pinguelli Rosa. Acessado em 7 de novembro de 2012.

-

¹⁶Luiz Pinguelli Rosa, brasileiro, nascido em 19 de fevereiro de 1942. Doutor em Física, Mestre em Ciências em Engenharia Nuclear, Professor Titular da COPPE/UFRJ. Suas principais linhas de pesquisa: física teórica, partículas elementares, física de nêutrons, reatores nucleares, energia e tecnologia, planejamento energético e impactos ambientais, emissões de gases do efeito estufa, alternativas energéticas, política energética.

Santense de Biologia), alguns políticos, como o deputado estadual Dilton Lipio (MDB) e a ACAPEMA. A marcha do município de Vitória até o município de Aracruz foi o ápice da campanha e a Usina não foi instalada no ES.

Um dos grandes críticos dos impactos na implantação do complexo industrial no ES foi Augusto Ruschi que trazia ao debate público a questão das suas preocupações com as reservas naturais do ES. A figura do cientista Augusto Ruschi, em certa medida, orienta uma geração de ambientalistas capixabas. Ele marca não só pela notoriedade que o pesquisador adquiriu junto ao campo científico, mas, também devido a seus posicionamentos em defesa dos ecossistemas nativos existentes no ES.

Pensar o histórico do **movimento ambientalista** no ES requer resgatar as ações públicas de Augusto Ruschi, pois foram suas polêmicas que provocaram e influenciaram os militantes da Rede Alerta Contra o Deserto Verde. Conforme consta no estudo de Lobino (2008), quando os ambientalistas capixabas são questionados sobre a história do Fórum das ONGs Ambientalistas do ES eles se manifestam lembrando o nome de Augusto Ruschi vinculado ao surgimento do **movimento ambientalista** no final dos anos de 1970 com a criação da ACAPEMA.

Ao contrário dos anos de 1970 e 80, na década de 90, houve um momento de declínio do ativismo ambientalista no ES. Alguns atribuem esse recuo ao assassinato de uma das principais lideranças ambientalistas no estado, o biólogo Paulo Vinha em 1993. O crime figura como algo que encerra uma fase e inicia outra, conforme o depoimento de um médico, do Instituto ORCA ao estudo de Lobino em setembro de 2008.

[...] A morte do Paulo foi um marco no período que a gente acreditava que poderia fazer as coisas sozinhos... Por conta própria e tal, então a morte do Paulo, foi um susto para as pessoas que estavam envolvidas com isso, e as coisas mudaram muito pouco. A morte dele resultou em pouca coisa, em termos das coisas que estavam sendo feitas erradas no ES. (Informação verbal, L., 51 anos, médico, Instituto ORCA, Fórum das ONGs, setembro de 2008)

Neste depoimento acima fica claro que a relação dos movimentos sociais no final da década de 70 e início dos anos 80, com o Estado era vista em termo de antagonismo e oposição, pois as práticas populares nesse período tinham caráter extra institucional, diferente das décadas posteriores.

3.3 POLÍTICA AMBIENTAL, CONSELHOS E ONGS

Como dito anteriormente, os anos de 1990, apoiado na Constituição de 88, são formados os conselhos municipais e estaduais de Meio Ambiente e foi, também, o momento em que os ambientalistas pressionaram a criação dos órgãos ambientais nas estruturas do Estado, nas três esferas do governo.

Com a institucionalização da política ambiental, alguns ambientalistas, por possuírem certa experiência, popularidade e um discurso competente em relação ao meio ambiente, foram convidados para compor os quadros do Estado, tomando posse do Ministério do Meio Ambiente, Secretarias Estaduais e Municipais de Meio Ambiente, dentre outros. A complexidade da conjuntura de institucionalização do movimento ambientalista exigia também especialização e foram absorvidos pelo Estado, muitos profissionais da área levando, de certa forma, ao esvaziamento do movimento ambientalista popular.

A partir da criação do Conselho Estadual do Meio Ambiente, bem como da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, foram-se construindo outros espaços de negociação, precedidos por comissões específicas de Meio Ambiente, anteriormente ligados à secretaria de Saúde. Desde o início do funcionamento do Conselho Estadual de Meio Ambiente, boa parte das entidades ambientalistas teve passagem pelas cadeiras do Conselho, através da chamada representação da sociedade civil e sociedade política.

Em 2001, tomaram acento no Conselho membros da organização do Fórum das ONGs, dividindo a representação da sociedade civil com entidades como: CUT/ES, FAMOPES, CREA/ES, dentre outros. A relação das entidades do Fórum das ONGs ambientalistas do ES com o Conselho de Meio Ambiente teve dois momentos.

O primeiro momento, segundo Passos (2005), foi o momento de credibilidade, época em que o Conselho foi palco do debate sobre a Política Estadual dos Recursos Hídricos, que resultou no conselho autônomo, além de ter sido espaço para a discussão da Política Estadual do Meio Ambiente, a Política Estadual de Florestas, ampliação da Samarco e da Aracruz Celulose e a redução da poluição da CVRD.

O segundo momento foi o descrédito do Conselho caracterizado pela conflituosa e desgastante relação entre os representantes do poder público com os representantes da sociedade civil. As entidades do Fórum das ONGs que tinham assento no CONSEMA, segundo o estudo de Passos (2005) inseriam nas pautas de reunião, propostas que garantiam o desenvolvimento sustentável em nome do bem público e a favor do meio ambiente, porem suas propostas, apesar de discutidas eram vencidas.

A institucionalização dos movimentos sociais nos anos 90 redefiniu o movimento popular e contribuiu para explosão da ONGs no Brasil. O eixo das reivindicações, antes centradas em questões de infraestruturas básicas ligadas ao consumo coletivo (transporte, saúde, educação, moradia, dentre outros) foi deslocado para as questões do direito de sobrevivência das camadas excluídas da sociedade.

Gohn (2011) em seu estudo **Teorias dos movimentos sociais** refere que duas tendências se fortaleceram no cenário social brasileiro dos 90. O crescimento das ONGs e as políticas de parcerias implementadas pelo poder público, principalmente sobre o poder local. Segundo a mesma autora essas tendências são faces que se complementam na política social contemporânea dos países em desenvolvimento.

A explicação de Gohn (2011) para essas tendências se apoia nas novas orientações voltadas para desregulamentação do papel do Estado na economia e, na sociedade como um todo. Ou seja, o Estado passou a transferir suas responsabilidades para as comunidades organizadas, com intermediação das ONGs e com setores da iniciativa privada.

Os grupos organizados em ONGs se tornaram mais qualificados e passaram e elaborar projetos, propor soluções, elaborar planos e estratégias de execução de suas demandas. Neste contexto, o poder público vem se transformando em agente repassador de recursos, que pela ineficiência de controle dos recursos, assistimos hoje no cenário brasileiro alguns escândalos relacionados a desvio de recursos pelas ONGs, portanto o papel fiscalizador do Estado, em relação à intencionalidade de grupos organizados em ONGs, deve se tronar mais eficiente para que este novo movimento não caia no descrédito da sociedade brasileira.

Em novembro de 2011, o Ministro do Esporte foi derrubado em função de escândalos envolvendo ONGs. Nos últimos anos, o Senado Federal já abriu duas Comissões Parlamentares

de Inquérito para investigar repasses para essas organizações. Uma, em 2001, analisou a má aplicação de recursos em grupos ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Estudiosos sobre o assunto apontam que existem três problemas principais nos convênios entre o governo e as entidades: falta de critérios claros de escolha das organizações favorecidas, desvio de finalidade na execução dos contratos e ausência de fiscalização sobre os convênios¹⁷.

A vulnerabilidade da parceria público privado no Brasil, no caso das ONGs começa na escolha das entidades que vão receber os recursos. Como não é preciso fazer licitação, os critérios políticos muitas vezes prevalecem em detrimento do rigor ou da competência técnica. Uma vez contratada, a ONG tem liberdade para subcontratar e escolher seus fornecedores fazendo apenas uma cotação rudimentar de preços. A enorme pulverização dos recursos dificulta o controle.

Portanto, a relação sociedade civil e Estado é de outra natureza na atualidade, pois as bases dos movimentos sociais refluíram e se consolidaram em ONGs, OSCIP, OS, Cooperativas, dentre outros. Este novo formato dos movimentos sociais no Brasil emergiu da inércia imobilizadora da população na atualidade que é alimentada por duas questões que são contraditórias.

Uma questão é o próprio formato de organização destes movimentos (ONGs, OS, etc.) onde as novas ações coletivas priorizam poucos e, bem capacitados militantes e, a outra questão é a conjuntura política do país de incertezas, medo da violência, descrença nos valores da participação. Essa contradição aumenta quando observamos que a democratização das políticas públicas, no sentido, de acesso, da qualidade dos serviços prestados e do controle na utilização das verbas públicas, depende em grande medida do envolvimento de atores significativos e participativos no seio da sociedade civil.

As ONGs expandiram-se e consolidaram-se no Brasil, basicamente nas décadas de 1980 e 1990, período em que as ONGs cresceram em número, ampliaram-se em escopo e tornaram-se mais visíveis. Apesar da sua evolução ainda recente, pode-se afirmar que as ONGs alcançaram papel relevante como catalisadoras dos movimentos e das aspirações sociais e políticas da população brasileira.

_

¹⁷ONGs: o caminho fácil para a corrupção. Reportagem publicada pela revista VEJA em 29/10/2011. Acesso http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/ongs-o-caminho-facil-para-a-corrupção, em 7 de novembro de 2012.

Mas, autores como Petras (1990) e Moller (1991) criticam as organizações não-governamentais por promoverem a profissionalização do exercício da cidadania e por beneficiarem-se de um processo de empobrecimento da população, que reduziria sua capacidade de agir autonomamente, sem o apoio das ONGs. Herculano (2000), por outro lado, sustenta que não se pode negar que, onde faltam bens públicos ligados os benefícios produzidos pela ação dessas organizações para as populações representam ganhos substantivos cujo valor é difícil desqualificar.

As ONGs ambientalistas no Brasil, em geral e no ES, em particular, estão ocupando todos os espaços de discussão das políticas públicas voltadas para o meio ambiente. O estudo de Mattos e Drummond (2005) sobre o terceiro setor como executor de políticas públicas nos orienta nesta afirmativa, pois aponta que:

Todas as ONGs estudadas têm assento em conselhos e comitês ambientalistas ou participam de algum cadastro oficial ou, ainda, de associações e consórcios. Isso indica um nível elevado de organização, facilitando uma ação profissionalizada e/ou em rede. Aponta ainda para uma intensa troca de informações ou, pelo menos, para a existência de fóruns apropriados para isso. Em nossa percepção, a importância desse fato reside em possibilitar que as ações dessas instituições disseminem-se independentemente dos governos. (MATTOS; DRUMMOND, 2005, p.117)

Sobre a abrangência geográfica das ações das ONGs o estudo destes autores indica que a vocação das ONGs é a implementação de ações locais, portanto beneficiam uma pequena parcela da sociedade. Quanto às fontes de recursos, o mesmo estudo refere que as origens da maior parcela do financiamento das ONGs ou o patrocínio de projetos são oriundas dos governos, reafirmando a necessidade do Estado controlar a efetiva aplicação destes recursos.

Segundo o Plano de Manejo do PEPCV algumas ONGs têm enviado esforços para a conservação da biodiversidade e promoção do desenvolvimento sustentável na região da Unidade, tais como: Associação Ambiental de Guarapari; Associação de Meio Ambiente da Barra do Jucu; Associação de Moradores do Balneário Ponta da Fruta; Associação de Moradores do Bairro Recanto da Sereia; Associação Força Verde de Guarapari; Associação Guarapariense de Defesa Ambiental; Associação Vilavelhense de Proteção Ambiental; Associação Ondas Verdes de Guarapari; Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares de Guarapari; Federação de Associações de Moradores e Movimentos

Populares do Estado do Espírito Santo; Fórum das ONG´s; Instituto Biocêntrica; Instituto Jacarenema de Pesquisa Ambiental; Organização Consciência Ambiental; Sociedade Gaya Religare; Sociedade Sinhá Laurinha; União da Representatividade Guarapariense de Entidades.

Como visto a realidade do envolvimento de ONGs na região da Unidade de Conservação do PEPCV não foge à regra brasileira tornando necessário que o estado do Espírito Santo controle as ações destes organismos.

3.4 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO CONTROLE SOCIAL NO ESPAÇO DO CONSELHO GESTOR DO PEPCV.

Controle social é uma expressão que se origina da sociologia que de maneira, em geral se empregada para designar os mecanismos que estabelecem a ordem social, disciplinando a sociedade e submetendo os indivíduos a determinados padrões sociais e princípios morais da convivência social. (CORREIA, 2005)

Na teoria política, o significado de controle social é dúbio, pois pode ser concebido em dois diferentes sentidos a partir das distintas concepções de Estado e de sociedade civil. Conforme a concepção de Estado e sociedade civil, o controle social, tanto pode ser empregado para designar o controle do Estado sobre a sociedade quanto para designar o controle da sociedade organizada sobre as ações do Estado. (CORREIA, 2005)

Para alguns exemplares da política, que comungam as ideias do contratualismo moderno, tais como: Hobbes; Locke; Rousseau e outros e, que têm o pensamento guiado pelo conceito de sociedade civil como sinônimo de sociedade política, o Estado é a instância que preserva a organização da sociedade, a partir de um contrato social.

Já para Gramsci (1978), um dos teóricos da teoria marxista, não existe uma oposição entre Estado e sociedade civil, mas sim, uma relação orgânica entre as partes. Para este teórico, a oposição real, só acontece quando duas classes sociais distintas têm interesses antagônicos. A partir desta linha de pensamento o controle social acontece nos momentos de disputa entre as classes em busca da hegemonia que se opera ora na sociedade civil e ora no Estado.

A hegemonia, em Gramsci (1978), tem dois significados e ambos intrínsecos quando o pressuposto é a relação entre sociedade política, representada pelo governo e sociedade civil, representada pelos organismos privados de hegemonia (movimentos sociais, escolas, igrejas, ONGs, dentre outros). Assim a noção de Estado para Gramsci é ampliada uma vez que para esse teórico o Estado se completa a partir da relação orgânica entre a sociedade política e a sociedade civil.

O conceito de hegemonia é a principal contribuição de Gramsci a teoria marxista. Este conceito é transversal à teoria política de Gramsci, que em toda sua amplitude não opera apenas sobre as estruturas econômicas e sobre a organização política da sociedade, mas, também sobre o modo de pensar e agir do homem em sociedade. Ou seja, sobre as orientações ideológicas e culturais do homem em sociedade. (COUTINHO, 1992)

Coutinho (1992) nos ensina que foi aprofundando seus estudos sobre a construção do Estado a partir da relação entre a sociedade política e sociedade civil que Gramsci elaborou o seu conceito de hegemonia. A hegemonia, em Gramsci (1978) tem dois significados e ambos intrínsecos quando o pressuposto é a relação entre sociedade política, representada pelo governo e sociedade civil, representada pelos movimentos sociais.

Um dos significa de hegemonia descrito por Gramsci é a hegemonia como domínio, que implica na utilização da força e da coerção para dar a direção. Ocorre sempre em Estados autoritários, ou em Estados democráticos, nos momentos em que a sociedade política lança mão dos instrumentos burocráticos de coerção (Leis, normas, regulamentos, forças armadas, poder judiciário, poder legislativo) para impor sua direção política, em outras palavras, é a forma estatal assumida pela hegemonia.

Já o outro significado de hegemonia é o consenso que se apoia na ideia de direção obtida por meio de convencimento que conduz ao consentimento. Este significado realiza-se na sociedade civil, nos momentos em que os diversos segmentos da sociedade criam um sistema de alianças que permite, em função da ideologia dominante, mobilização contra as formas de coerção do aparelho Estado. Ou seja, este significado de hegemonia é observado quando a sociedade civil se organiza para exercer a função da democratização do Estado.

A hegemonia nos regimes democráticos emerge durante os momentos de disputas entre os dois segmentos: sociedade civil e sociedade política (GRAMSCI, 1978). No caso deste estudo, a hegemonia será analisada nos momentos em que os representantes da sociedade política e os representantes da sociedade civil, que compõem o Conselho Gestor do PEPCV entrarem em disputa para dar a direção sobre a política no PEPCV.

Para alcançar a hegemonia, as classes em disputa, agem a partir da correlação de forças, que acontece em diferentes momentos históricos. É a partir desta a correlação de forças entre as classes que se avalia que classe obtém o controle.

O controle social a partir significado de direção com consentimento de Gramsci envolve a capacidade que os movimentos sociais organizados, no seio da sociedade civil, têm para interferir na gestão pública, orientando as ações do Estado na direção dos interesses da maioria da população. (CORREIA, 2005)

O referencial teórico para análise neste estudo trata o controle social sob a concepção ampliada de Estado, no bojo das relações democráticas entre a sociedade civil e a sociedade política, ambas representadas no Conselho Gestores do PEPCV, como resultado do processo de democratização do Estado brasileiro.

O funcionamento do Conselho Gestor é regulamentado pelo seu Regimento Interno. Chama à atenção neste Regimento que o Conselho é considerado uma instância de caráter consultivo. Observem o que diz o parágrafo único do Regimento:

O Conselho é órgão colegiado, integrante da estrutura de gestão e terá caráter consultivo dentro das funções específicas de sua competência no sistema de gestão do PEPCV, de acordo com o parecer CPGE nº 003/2005. (IEMA, 2005)

Em outro fragmento do Regimento, chama atenção o caráter participativo dos conselheiros na elaboração, implantação e revisão do Plano de Manejo do PEPCV (IEMA, 2005). Observem que diz o Artigo 4º que trata das atribuições do Conselho:

I - Acompanhar a elaboração, implantação e revisão do Plano de Manejo do Parque Estadual Paulo Cesar Vinha, garantindo o seu caráter participativo;

II - Elaborar, revisar, alterar e aprovar o seu Regimento Interno;

III - Buscar a integração com as demais unidades de conservação e espaços territoriais especialmente protegidos;

IV - Promover e participar de articulação entre os órgãos públicos, instituições financeiras, organizações não governamentais, populações locais e iniciativa privada, para a concretização dos planos, programas e ações de proteção, recuperação e melhoria dos recursos ambientais existentes no PEPCV;

V - Propor formas de cooperação entre órgãos públicos e a sociedade civil para a realização dos objetivos do PEPCV

Neste sentido observa-se que existem contradições no Regimento Interno do PEPCV em relação aos pressupostos da democracia. Se por um lado, quando o Regimento cita que o Conselho tem caráter consultivo, nos remete a ideia de uma tendência conservadora da democracia consultiva. Por outro lado, o caráter participativo dos conselheiros, nos remete aos pressupostos da democracia participativa

Jacobi e Barbi (2007) analisando os pressupostos da democracia nos Conselhos referem que na democracia consultiva a sociedade é consultada sobre uma proposta política previamente elaborada pelo poder público. Já na democracia participativa a proposta ou regulamentação de uma política pública é construída no conjunto com a sociedade.

Isto implica dizer que sob o pressuposto da democracia consultiva exige-se dos conselheiros e representantes da sociedade civil do PEPCV uma participação apenas de caráter complementar, de conteúdo mais consultivo e legitimador das propostas elaboradas previamente pelos conselheiros e representantes da sociedade política. Já sob os pressupostos de democracia participativa pressupõe-se a participação direta de ambos os seguimentos na construção e deliberação das políticas que envolvem o PEPCV.

Reforçando a ideia da democracia participativa no Artigo 3º do Regimento Interno do PEPCV consta que o Conselho tem como objetivo geral a gestão participativa e integrada deste Parque, a implantação das políticas nacional, estadual e municipal de proteção ao meio ambiente e do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SISEUC).

De acordo com o que está escrito no Regimento Interno do PEPCV, podemos inferir que o Conselho é um espaço de exercício da democracia, porém, ora sob os pressupostos da democracia participativa e ora sobre os pressupostos da democracia representativa ou consultiva.

Os representantes da sociedade política no Conselho Gestor do PEPCV representam os interesses do Estado, portanto, se configuram como a classe dominante. Já os representantes da sociedade civil representam os interesses da sociedade, que pela fragmentação na sua forma de organização se configuram na classe dominada. Assim, quando os conselheiros e representantes da sociedade civil, no Conselho do PEPCV, buscarem a direção da política do Parque devem ter como estratégia se aliarem a outros seguimentos da sociedade civil organizada.

Neste sentido, o controle social envolve a capacidade que os representantes da sociedade civil do Conselho gestor do PEPCV têm para se aliarem a outros segmentos para interferir na condução política do Parque, orientando as ações do Estado na direção dos interesses da sociedade.

3.5 AÇÕES DO CONSELHO GESTOR NO PEPCV

No Regimento interno do Conselho do PEPCV consta no seu Parágrafo Único que o Conselho Gestor é um órgão colegiado, que tem caráter consultivo dentro das funções específicas de sua competência no sistema de gestão do PEPCV. O Regimento orienta também que a gestão do PEPCV deve ser integrada às demais Unidades de Conservação do estado do Espírito Santo e, deve também contribuir com implantação de políticas a nível municipal, estadual e nacional voltadas para a proteção do meio ambiente.

A diretoria colegiada do PEPCV, segundo o seu Plano de Manejo, é composta por dezesseis membros, sendo oito representantes da sociedade política, ou seja, dos órgãos vinculados ao poder público e, oito representantes da sociedade civil, ou seja, representantes dos movimentos sociais organizados vistos no entorno do PEPCV. Nessa composição, um membro, sendo este Presidente do conselho, é sempre um representante do IEMA.

O Conselho Gestor é considerado o espaço de discussão pública do funcionamento de uma Unidade de Conservação, portanto parte da estrutura gerencial, cujo principal objetivo é contribuir para que as ações previstas no Plano de Manejo sejam cumpridas. (ESPÍRITO SANTO, 2010)

Como dito anteriormente os Conselhos de maneira em geral, podem ser consultivos ou deliberativos. No primeiro caso, os conselheiros são consultados sobre as ações que envolvem as Unidades de Conservação e no segundo os conselheiros tem poder de decisão sobre as questões que envolvem a Unidade de Conservação.

No PEPCV a estratégias de implantação do Conselho Gestor está em consonância com as definições contidas no SNUC cujo intuito é permitir a participação dos atores locais e uma melhor coordenação do planejamento, bem como aplicação das políticas ambientais no sentido de obter melhor desempenho em seu manejo.

O Plano de Manejo do PEPCV é o documento técnico cujo objetivo é orientar o desenvolvimento de uma Unidade de Conservação, assegurando a manutenção dos recursos naturais em seu estado original para o correto usufruto das gerações atuais e futuras. (MELLO, 2002)

O planejamento do Parque Estadual então foi construído para nortear o alcance da conservação da biodiversidade e a manutenção dos processos ecológicos nos ecossistemas associados à Mata Atlântica, orientando-a para a integração com seu ambiente de inserção, em especial com a Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual de Setiba e com a bacia hidrográfica do rio Una.

Neste sentido as ações prioritárias do Conselho Gestor do PEPCV estão contidas no seu Plano de Manejo. Destaca-se que a participação da sociedade nos processos de gestão consta no Plano de Manejo do PEPCV como premissa fundamental ao sucesso de suas propostas, reforçando os pressupostos da democracia participativa referido no Regimento Interno do PEPCV.

Os documentos que nortearam a elaboração do Plano de Manejo foram às recomendações contidas no V Congresso Mundial de Parques da União Internacional para Conservação da Natureza¹⁸.

Segundo ainda as recomendações do Plano de Manejo, o Conselho do PEPCV deve ser implantado como um espaço oficial de participação da sociedade na gestão. Gestão esta,

-

¹⁸ Lei 9.985/00 e o Decreto 5.758/06 que institui o Plano Nacional de Áreas Protegidas consagram a inclusão da sociedade na gestão dessas áreas como condição primordial para que estas alcancem seus objetivos.

exercida de forma integrada entre o poder público e sociedade civil, que devem agir para a promoção da integração regional, colaborando para a redução da resistência e pressões externas sobre as áreas protegidas aumentando a possibilidade de parcerias.

Neste sentido os conselheiros devem agir fortalecendo a participação dos atores locais a partir das alianças e parcerias, de modo a permitir a formação de redes sociais que venham a ocupar espaços nos postos de decisão e que possam propiciar o estabelecimento de mecanismos de sustentabilidade econômica que estejam em permanente interação com a sociedade.

Um dos problemas enfrentados pelos administradores do PEPCV, segundo o seu Plano de Manejo são os impactos causados pela visitação pública nas áreas internas e externas da Unidade de Conservação, impactos esses, que ameaçam os recursos naturais conservados. Para evitar estes impactos o Plano de Manejo orienta que os administradores devem educar os visitantes e regular o uso do Parque ao mesmo tempo.

Outros problemas referidos no Plano de Manejo do PRPCV, além do despreparo dos gerentes para a gestão das atividades de visitação, o pequeno contingente de pessoal, a escassa de recursos financeiros e a falta de planejamento que englobe a população do entorno.

O Plano de Manejo do PEPCV destaca também a importância de um programa de Educação Ambiental (EA). A EA é uma questão que não pode mais ser pensada fora do contexto de formação de um campo de relações sociais que se constitui em torno da preocupação com o meio ambiente. (CARVALHO, 2001)

Nesse propósito destaca-se o projeto **Últimos Refúgios** que tem como proposta integrar a cultura local à conservação dos recursos naturais com objetivo de criar um vínculo com as comunidades do entorno das áreas de preservação ensinando pessoas a respeitarem e preservarem a natureza.

Este projeto foi iniciado em 2006, com apoio da política pública **Lei Rubem Braga** e patrocinado pelo IEMA. Atualmente o Projeto conta com duas publicações de um material fotográfico da fauna e flora local, ambas contextualizadas. O primeiro livro que trata do PEPCV foi publicado em 2010 e o segundo que trata do Parque Estadual de Itaúnas, foi publicado em

2011. Atualmente o Projeto está em faze de elaboração do material sobre a Reserva Biológico de Duas Bocas no município de Cariacica.

Para Merçon (2011) o Projeto Últimos Refúgios busca produzir ferramentas de EA, com a produção e divulgação de livros fotográficos da fauna e a flora local e vídeos socioambientais, registrados na dinâmica social local existente entre unidades de conservação do ES e as comunidades do seu entorno. Como podemos observar na fotografia abaixo, Merçon, como idealizador do projeto não atua apenas na produção das imagens, enquanto fotógrafo nem na produção dos textos sobre a fauna e flora naturais da região, uma vez que durante a produção do material busca interagir com as comunidades do entorno valorizando a cultura local.

Segundo Merçon, uma das coisas mais gratificantes deste trabalho foi às pessoas que conhecemos pelo caminho. Pessoas simples, acolhedoras e com muita disposição para ajudar, que compartilham conosco a vontade de proteger este belo lugar. Ou seja, o texto acima expressa que após a conclusão do trabalho existe também a preocupação e a sensibilidade de devolver para a comunidade local os resultados obtidos como uma contrapartida social. Observem na **Figura 2** que dentre as ações do **Últimos Refúgios** tem-se o retorno à vila de Itaúnas para a apresentação do trabalho para as crianças das Escolas do entorno. Na oportunidade após a exibição das imagens da natureza local, haviam oficinas de desenhos que surpreendiam com verdadeiras obras de arte.



Figura 2: Merçon apresentando o Últimos Refúgios

Fonte: Merçon (2011)

O material produzido pelos alunos durante as oficinas, citada por Merçon (2009) está disponível no site www.ultimosrefugios.com.br e demonstra, conforme as figuras abaixo (**Figura 3**), que uma das possibilidades da EA nas escolas é estimular a criatividade dos alunos sobre o meio ambiente, portanto a metodologia utilizada pelo educador ambiental deve busca interagir com aqueles que estão recebendo a informação, fugindo do método tradicional de ensino normalmente utilizado.

Figura 3: Desenhos elaborados com a aplicação de dinâmicas participativas junto aos alunos das escolas

Fonte: Merçon (2011)

O uso de fotografias de paisagens têm sido uma das técnicas mais utilizadas, para analisar as preferências locais, pois oferece um meio simples, econômico e rápido (BENAYAS, 1992). O estudo da percepção da paisagem pode contribuir, portanto, para uma utilização mais racional dos recursos ambientais, o que possibilita uma relação mais harmônica dos conhecimentos locais, enquanto instrumento educativo e agente de transformação.

O estudo de Fiore (2002) sobre **Ambiente e Educação: abordagens metodológicas da percepção ambiental voltada a uma Unidade de Conservação** utilizou a fotografia como recurso para investigar a percepção dos professores sobre o seu ambiente físico e social, partindo do entendimento de que a estrutura cognitiva do ser humano, sobre o seu ambiente físico e social está presente nos órgãos do sentido. A autora ponderou também, que a análise de uma fotografia depende da história passada e da atitude do presente dos indivíduos, em relação aos valores, necessidade, humor, circunstâncias sociais e expectativas. (SAARINEN, 1969)

Shuttleworth (1980) defende a utilização da fotografia como estímulo visual para avaliação de determinada questão e coloca que a qualidade do material visual interfere na avaliação. Concordo com os autores acima que dão relevância à utilização da fotografia como um importante instrumento na preservação de recursos naturais, pois ela retrata a beleza da natureza e, é de fácil entendimento para todas as camadas sócias, portanto entendo que o material produzido pelo Projeto sobre PEPCV é uma importante ferramenta para EA da comunidade do seu entorno, pois como refere Merçon (2006), só se preserva aquilo que se conhece. Nesse sentido entendo que os conselheiros do PEPCV devem se apropriar deste material para agir no contexto do controle social, utilizando a EA como ferramenta na execução do Plano de Manejo do Parque.

4 O CONTROLE SOCIAL NO PEPCV A PARTIR DA RELAÇÃO ENTRE A SOCIEDADE CIVIL E SOCIEDADE POLÍTICA

Para a construção deste capítulo foram utilizados os fragmentos das falas dos sujeitos da pesquisa que emergiram das entrevistas, valorizando as contradições sobre o objeto. Esta medida teve apoio nas orientações de Konder (1990), quando refere que a dialética significa o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e, em permanente transformação.

Utilizou-se também o método dialético para analisar as contradições que emergiram das entrevistas com as fontes escritas, que no caso foram à literatura utilizada que fundamentou o objeto de estudo, bem como os documentos que regulamentam o funcionamento do PEPCV, ou seja, o Regimento interno e Plano de Manejo.

Após a exaustiva leitura do material obtido a partir das entrevistas foram estruturadas as categorias para análise. Estas categorias foram estruturadas tendo como base o instrumento utilizado durantes às entrevistas. A primeira categoria trata-se da motivação para participação do Conselho. A segunda foi à percepção dos conselheiros sobre preservação ambiental. A terceira trata da representação do PEPCV para as comunidades do seu entorno, a quarta referese ao potencial turístico do Parque e a quinta aborda à regulação fundiária no PEPCV. A sexta categoria elenca as parcerias do setor privado na gestão do Parque, a sétima e última se configura no entendimento dos conselheiros sobre o controle social no PEPCV.

4.1 MOTIVAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO CONSELHO

A motivação para participar como conselheiro emergiu no momento em que os sujeitos foram estimulados a falar como se deu a sua inserção no conselho do PEPCV.

Segundo um dos membros do Conselho do PEPCV ele foi convidado a compor o conselho graças a sua representatividade na sociedade civil e, também devido ao seu perfil ligado a questões ambientais e sociais da região.

O convite veio quando nós da associação participamos de uma reunião lá no parque e como ninguém demonstrou interesse, eu achei melhor eu mesmo, o presidente, para participar do conselho (SC, Associação de Pescadores).

Como visto por este depoimento a participação deste segmento da sociedade civil no Conselho não foi espontânea, uma vez que subentende em seu depoimento que ele foi convidado a participar pela diretoria do Parque. Neste sentido observa-se que a sociedade política quando convida uma representação da associação de pescadores, para compor o conselho, está agindo seguindo as recomendações do Plano de Manejo do PEPCV quando diz que o Conselho deve ser implantado como um espaço oficial de participação da sociedade na gestão. Na análise de Gramsci (1978), quando a sociedade política busca alianças com os segmentos da sociedade civil para implementação das políticas públicas ele está agindo sob os pressupostos da democracia na ampliação do Estado.

Já em outros depoimentos percebe-se que o convite para participação como conselheiro se deu em função da representatividade dos mesmos junto à comunidade.

Eu cheguei até o parque devido à associação de moradores aqui do bairro. O presidente foi quem me indicou para o conselho. (SC - Associação de Moradores)

Eu acho que muitos que estavam ali não entendiam muito, estavam ali por que eram representantes do bairro e [...], mas não entendiam a importância que é. (**SP – IEMA**)

O convite para começar a fazer parte do conselho foi no ano passado (2011), mas eu já conheço o parque há mais de 10 anos, trabalhando com educação ambiental, junto com o parque, com a Janine. A participação no conselho é mais recente, foi esse ano, no início de 2012. (**SC** – **Associação de Moradores**)

Percebe-se nos depoimentos acima que os seguimentos da sociedade civil referem que já participavam de movimentos sociais anterior à participação no conselho, portanto acumulavam experiência de participação. Jacobi (2003) refere que o exercício da participação entre os representantes da sociedade civil oferece condições para que eles interfiram de forma consistente e sem tutela nos processos decisórios de interesse da coletividade.

No depoimento abaixo de um segmento da sociedade política percebe-se que, apesar do conselho do PEPCV se configurar em conselho local, a diretoria do Parque buscou na sua composição uma representação de instância federal.

[...] o convite veio para o Instituto Chico Mendes, para que tivesse uma representação federal e o Instituto Chico Mendes é um órgão federal, uma autarquia federal. (**SP - Instituto Chico Mendes**)

Vale frisar que Jacobi (2003) refere que a forma de organização dos conselhos municipais de meio ambiente e da sua representação nas audiências públicas normalmente mostram os efeitos de dominação exercidos pela presença de técnicos da área e donos do saber científico e pela presença de representantes do Estado que detém o poder. Os depoimentos abaixo reforçam o pensamento de Jacobi, observe.

[...] eles estavam tendo alguns problemas com o ordenamento da pesca, dentro do âmbito da Unidade. Foi esta situação que fez com que eles viessem a me chamar para reunir com os pescadores, como consultor, eu pude ajudar o conselho nessa época. Então, na época, eles já cogitavam para que pudesse fazer parte do conselho e aí quando veio a vaga do Instituto Chico Mendes, veio o convite. Eu diria que foi por conta do instituto e pelo meu perfil com a pesca. (SP – Instituto Chico Mendes)

O meu histórico de ocupação do cargo lá no Paulo Cesar Vinha foi: porque eu já trabalhava no IEMA há 3 anos e passei para a gerência de recursos naturais, comecei a trabalhar com licenciamento ambiental. Eu participei do conselho por três anos quando fui gerente. (**SP – IEMA**)

Na fala de outros representantes da sociedade civil transcritas abaixo eles foram convidados por diferentes razões. Um refere que foi convidado para contribui na vigilância voluntaria do Parque. Para outro, ele foi convidado em função do seu trabalho na escola e no apoio nas atividades de educação ambiental como colaborador do PEPCV e, outro se sente obrigado a participar devido a sua representação na associação de moradores.

Eu ficava na época falando ó não pode tirar aquela mato dali [...] e foi por isso que o pessoal ficava falando ó o [...] é o cara que a gente pode colocar ali. Até hoje eu to lá e no que puder ajudar eu to ai, ligo avisando ó to vendo fogo aqui no Parque. Moro e trabalho bem perto do parque e no que precisar, nós estamos ai. (SC - Associação de Moradores)

[...] eu já conheço o parque há mais de 10 anos como visitante né, mas a minha relação com o parque é pelos dois lados, tanto pela associação, como também por conta do trabalho com a Janine¹⁹ na escola. Eu sou presidente do bairro e também professora da escola e foi através disso que o convite chegou [...]. (SC - Associação de Moradores)

-

¹⁹ Vale destacar que Janine citada por um dos segmentos da sociedade civil corresponde a uma colaboradora do parque que realiza trabalhos de educação ambiental junto às comunidades do entorno.

Eu sou representante da associação de moradores, e por isso né, por estarmos aqui perto do parque né, nós somos obrigados a participar do conselho. (SC - Associação de Moradores)

Já na fala de um representante da sociedade política a participação de alguns segmentos da sociedade civil é movida por interesses, observe:

Eu percebo que de modo geral, isso não se aplica só lá, as pessoas que buscam se envolver nos conselhos tem algum interesse e são poucos que buscam se envolver por gostar da causa, mas é claro que existem pessoas assim também. Essas que buscam algum interesse, existe e sempre há dificuldade para lidar com essas pessoas, pois elas buscam algum benefício, mesmo que não seja algo ruim ou ilícito, elas querem obter algum benefício[...]. (SP – IEMA)

Esta fala do representante da sociedade política sobre a motivação para participar do conselho nos remete a análise de Lopes (2006) quando afirma que atualmente assuntos ambientais aparecem como transversais e ligados a outras lutas ocorridas no seio da sociedade civil. Segundo este autor, há casos em que alguns segmentos dos movimentos sociais se apropriam da linguagem e da argumentação ambiental mais para fortalecer as suas diferentes lutas, do que a luta real pela causa - preservação ambiental.

Como visto, existem diferentes motivações que levam o cidadão a se inserir nos espaços de exercício da democracia. Uns participam porque são organicamente envolvidos, outros se sentem na obrigação de participar devido a sua representatividade na sociedade ou no estado e outros já entendem que a participação de alguns membros do conselho é movida por interesses pessoais.

4.2 PERCEPÇÃO DOS CONSELHEIROS SOBRE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Em relação à segunda categoria de análise que trata da percepção dos conselheiros sobre as políticas de preservação ambiental e os entrevistados se manifestam da seguinte maneira:

Nós precisamos orientar tanto as crianças quanto aos adultos, sobre as questões da preservação. Falando sobre a importância dessa unidade de conservação. As crianças aqui da escola estão bem envolvidas, o trabalho da Janine está muito bom e as crianças estão mesmo muito envolvidas. (SC – Associação de Moradores)

Pra mim, participar do conselho é mais uma aula que eu to pegando sobre a natureza e sobre como a gente pode fazer pra combater o aquecimento global, porque se for do jeito que ta, num vai dá[...]. (SC – Associação dos artesões)

[...] em outros lugares e em eventos sobre o parque também e a turma sempre me apreciando e debatendo sobre o bem da natureza. A última reunião mesmo foi na secretaria da cultura e aí eu disse: é na cultura mesmo, vamos entrar ai e vamos debater. (SC – Associação de Moradores)

Eu vejo que essa política de gestão que tem lá é uma coisa bastante legal, por que eles tentam de uma maneira geral se entrosar com a população né, pra poder, quem sabe, auxiliar no próprio desenvolvimento, por que eles sabem né, todos sabem na verdade, é muito mais fácil conseguir com a ajuda da população do que com conflitos. (SC – Associação de Moradores)

Como a gente tem uma equipe reduzida, a gente tem que trabalhar mais com as questões mais importantes para a sobrevivência da Unidade, para a manutenção da integridade da Unidade. A fiscalização você não pode parar, a manutenção você não pode parar. (SP – IEMA)

[...] a questão da pesca já tinha rolado a contratação de uma empresa de consultoria para fazer um diagnóstico, um levantamento das áreas de pesca e esse trabalho já estava em andamento e eu participei ativamente dele, fui chamado todas as vezes porque estavam tendo problemas com o ordenamento da pesca por conta da minha experiência nisso. (SP – Chico Mendes)

Observa-se que para os representantes da sociedade civil a educação ambiental dos moradores do entorno é a principal ferramenta para a política de preservação ambiental do PEPCV. Já o seguimento que representa a sociedade política tem um discurso predominantemente normatizador e fiscalizador. Reforçando o que diz Viola (1992) sobre as vertentes, estadista, focada no controle da poluição e a conservacionista, focalizada na conservação dos recursos e na biodiversidade, fora estes tem-se o surgimento mais recente da vertente sócio ambientalista, que busca conjugar as reivindicações políticas e sociais com as de ordem territorial e ambiental.

Se por um lado, os representantes da sociedade política valorizam no seu discurso a fiscalização e a normatização como soluções da política de preservação ambiental, estão utilizando o poder de coerção do Estado para dar a sua direção política, portanto emerge o significado de hegemonia como domínio.

Por outro lado, quando os representantes da sociedade civil valorizam no seu discurso a educação ambiental como ferramenta para a política de preservação ambiental estão valorizando o papel de educador do Estado, portanto emerge o significado de hegemonia como consenso que se apoia na ideia de direção política, obtida por meio de convencimento.

Quando questionados sobre ações de educação ambiental que são desenvolvidas pelo Parque no entorno, destacam-se nas falas dos entrevistados as ações de uma colaboradora do Parque que atua na promoção de ações de educação ambiental e de relacionamento com a comunidade, sendo esta a Janine. Dentre as ações identificadas, destacam-se no presente ações do Projeto Últimos Refúgios e a biblioteca itinerante, promovidas pelo IEMA.

Vale destacar que tanto os representantes da sociedade civil como os da sociedade política fazem referência ao projeto "Últimos Refúgios" como importante ferramenta para educação ambiental e citam inclusive desdobramentos na política de preservação.

Na comunidade quem conhece o livro Últimos Refúgios são as crianças da escola, não foi através do conselho. Tem um projeto do IEMA onde as crianças podem apresentar os livros aos pais, porque eles podem levar um dia os livros da biblioteca pra casa. Inclusive tem esse e tem o do Parque de Itaúnas também. (SC – Associação de Moradores)

Conheço o projeto Últimos Refúgios e até ganhei um. Logo que lançou o livro eu ganhei um. Não cheguei a trabalhar no projeto, mas eu conheci o Leonardo Merçon, eu via ele lá no parque, ficava dias lá e eu vi ele ir várias vezes lá no parque para fazer as fotos. Eu achei a ideia dele muito legal, muito boa mesmo, tanto que deu certo né, eles já estão fazendo o livro de outras Unidades né. Mas tudo começou lá no parque né. (SP – IEMA)

Conheço sim o Últimos Refúgios e, eu inclusive ganhei um e ele é muito lindo. (SC – Associações de Artesões)

O Últimos Refúgios? eu participei em alguns momentos dele né, ajudei na revisão de textos, na identificação de espécies e no de Itaúnas eu ajudei um pouquinho também na identificação de algumas espécies. No de Setiba tem inclusive uma fala (vídeo) e um texto que são meus. Eu incentivo muito o trabalho deles. (**SP – IEMA**)

Não conheci esse projeto "Últimos Refúgios". (SC - Associação de Moradores)

Na minha opinião o livro passa uma imagem correta sobre a Unidade, pois não fala só da praia ou da lagoa, fala sobre as plantas e animais que são encontrados ali. E as pessoas ficam sabendo como ali é bom né. (**SC – Associação de Moradores**)

Eu acho o trabalho maravilhoso, uma grande ferramenta para educação ambiental [...]. (**SP – Chico Mendes**)

Portanto, o entendimento dos conselheiros que emergiu das entrevistas vai ao encontro do pensamento preconizado por Merçon (2011), quando refere que o Projeto Últimos Refúgios busca produzir ferramentas de educação ambiental, com a produção e divulgação de livros

fotográficos da fauna e a flora local e vídeos socioambientais, registrados na dinâmica social local existente entre Unidades de Conservação e as comunidades do seu entorno. Para o mesmo autor, só se preserva aquilo que se conhece.

Nesse sentido, entende-se que o órgão estadual - IEMA e alguns conselheiros do PEPCV já estão se apropriando dos materiais produzidos pelo projeto Últimos Refúgios para agir no contexto do controle social, uma vez que utilizam o livro e o vídeo produzidos sobre o Parque, como ferramentas para a educação ambiental, em busca de sensibilizar a comunidade local sobre as belezas do PEPCV e assim promover a percepção dessa comunidade sobre essa Unidade de Conservação.

4.3 A REPRESENTAÇÃO DO PEPCV PARA AS COMUNIDADES DO SEU ENTORNO

O nome do Parque Estadual Paulo Cesar Vinha, como dito anteriormente, foi uma homenagem ao biólogo e ecologista militante ambiental do ES que lutou pela preservação da área onde hoje é o PEPCV. Sua história ainda está na memória dos Capixabas e inspira a continuidade das batalhas pela melhoria das condições ambientais na região.

Quando os sujeitos foram estimulados a falar sobre a vinculação da história de criação do Parque, ao nome do ambientalista Paulo Cesar Vinha, observem que para alguns o nome do ambientalista está ligado à história do Parque em função de suas lutas no combate a extração de areia.

Eu não estava aqui na época, eu vim de Governador Valadares em 1996 e não o conheci, mas ouvi dizer que ele brigava pelo Parque, contra o pessoal que retirava areia aqui na região. Ele lutou e devido a essa luta contra a extração de areia, o que levou ele a falecer. Por ele lutar pelo Parque né. (SC Associação de Moradores)

Eu não cheguei a conhecer, mas foi logo após a criação do Parque. Era um momento que muitas pessoas estavam engajadas para a conservação, porque ainda não era uma Unidade de Conservação consolidada, estavam começando a se criar a Unidade de fato. Havia muita gente engajada, pois havia o medo de se perder aquilo tudo e havia muito idealismo [...]. (SP – IEMA)

Eu como estudante de biologia e acreditando no parque como ele acreditava, eu acho que ele acreditou no certo, fazendo o errado. Ele ia na frente de tratores que estavam lá na areia e se jogava na frente para impedir... Então, eu acho que ele fez errado, ele ta morto né, as vezes, ele vivo poderia ajudar ainda mais o parque. Porém, de certa maneira, ele contribuiu com o Parque [...] afinal de contas a morte dele teve forte influência nas ações de criação e implementação do Parque né. (SP – IEMA)

Portanto, nota-se na fala dos entrevistados que o nome do Paulo ainda é vinculado a época da criação e/ou implementação efetiva do Parque. Vale lembrar que a morte do Paulo e de tantos outros ambientalistas que lutam pela questão ambiental no Brasil, tendem a repercutir positivamente na sociedade e no meio político, uma vez que estes se inflamam nessas horas e reagem a favor da causa.

Já outro sujeito, não faz vinculação da história do Parque às lutas de Paulo Cesar Vinha, sob a justificativa de que naquela época não estava residindo em Vitória, observem:

Eu não acompanhei a época do Paulo Cesar Vinha, eu estive fora entre 94 e 98 e entre 99 a 2001 para fazer a faculdade e mestrado, então eu não acompanhei nada dessa época né, mas a gente houve falar sobre ele. (**SP - Instituto Chico Mendes**)

O depoente acima, apesar de não vincular a história do Parque às lutas de Paulo, certamente a conhece uma vez que o instituto que ele representa, leva o nome de Chico Mendes. Chico Mendes, assim como o Paulo e tantos outros ambientalistas, foi assassinado em função de suas lutas pela preservação ambiental no Brasil.

4.4. O POTENCIAL TURÍSTICO DO PEPCV

Todos conselheiros entrevistados são unânimes em citar o turismo no PEPCV. Alegam que o parque detém de grande potencial turístico, mas o consideram subaproveitado. Uns alegam que a estrutura do Parque não está preparada para o turismo e para um representante da sociedade política, o reduzido contingente de pessoal no Parque compromete o aproveitamento do seu potencial turístico, pois eles têm de trabalhar mais com questões primordiais como a fiscalização e a manutenção, do que com o turismo.

[...] eu desconheço o tamanho exato de quantos hectares, mas ele é muito grande e poderiam existir trilhas, trilhas ecológicas. As trilhas que existem ali são curtas, e poderiam convidar mais as escolas e a comunidade para fazer passeios nas trilhas. (SC – Associações de Artesões)

Nós já até fizemos um trabalho, uma visita lá com o pessoal da igreja e tal, mas foi na sede, não tem como desfrutar do Parque ali, tem que ser em meio a natureza e assim

não dá para aproveitar. Pô tem as lagoas, podia ter umas trilhas ecológicas e passe em meio a floresta mesmo, claro que respeitando, mas isso tudo é muito pouco aproveitado pela comunidade Nós temos muitos animais bonitos ali, tem macacos, tem tucano e isso tudo podia ser mais aproveitado. Aproveitar mais o lugar aqui, um lugar bonito desse podia ser mais bem aproveitado. (SC – Associação de Moradores)

Turismo ali eu não vejo. Aquilo é um parque, mas poderia ser um deserto, ali é quase um deserto, quase ninguém vai lá. (SC – Associação de moradores)

Eu acho que o turismo no PEPCV tem um potencial muito bom, ele tem atrativos naturais, beleza, diversidade de ambientes, biodiversidade, é grande e pode atrair um turismo considerável. Ele também está inserido numa metrópole, está entre dois centros urbanos. Só que o turismo é subaproveitado no parque e isso acontece em várias Unidades aqui do Estado, por uma falha mesmo de gestão, e eu acredito que essa falha esteja muito mais ligada à falta de pessoal, não pela deficiência ou falta de capacidade, mas uma falta de pessoal mesmo. O que a gente constata mesmo é que como a gente tem equipes reduzidas, a gente tem que trabalhar mais com as questões mais importantes para a sobrevivência da Unidade, para a manutenção da integridade da Unidade né. (SP – IEMA)

As falas dos depoentes acima expressam a emergência da necessidade de aplicação de Políticas Públicas que trabalhem, valorizem e monitorem o turismo nessas Unidades, sem deixar de considerar a sustentabilidade ambiental, econômica e social locais.

Porém, para um representante da sociedade política, o turismo no Parque não é bem aproveitado, pois o turismo mais regular corresponde às visitas à Lagoa de Caraís e à praia, para a prática do surfe. Ambas as atividades são de recreação em contato com a natureza, mas pouco instrui o visitante sobre a importância da Unidade. Ele aponta ainda ações que são desenvolvidas para promover o turismo ecológico no PEPCV, a fim de promover a aproximação homem/natureza, que são na realidade um único corpo, conforme orienta Oliveira (2002) A natureza é dialética, e esta dialética se dá em função da interação do homem com a natureza: Logo a natureza se torna dialética produzindo os homens.

O turismo no parque tem muito a melhorar, porque a maior parte dos turistas vão no Parque para conhece-lo, mas não para conhece-lo de fato, vão mais para a lagoa, pra tomar banho de lagoa ou para surfar. Não que seja ruim, mas esse turismo de recreação, que até eu mesmo faço, na sua grande maioria passa pelo Parque com a cabeça na lagoa ou na praia e nem percebem o que está a sua volta, o Parque né. Porém, como o Projeto Sagui eu acho que isso foi melhorando, então, hoje, quando alguém desce a trilha, eles vão acompanhado de monitores e são bombardeados de informações sobre o Parque e esse turismo é mais ecológico, pois com certeza eles absorvem algo mais sobre o Parque e eu acredito que isso tem melhorado. Porém, só ocorre na entrada pela Sede do Parque, quem entra por outras áreas não recebe essa informação. Eu acho que o turismo no Parque poderia ser melhor aproveitado. Eles, o governo né, tem de valorizar mais esse tipo de turismo. (SP – IEMA)

Corroborando, o que foi relatado sobre as concessões de Unidades de Conservação nesse estudo, nota-se na fala de dois representantes do poder público o conhecimento sobre a concessão de Unidades de Conservação para exploração turística pela iniciativa privada.

Tem que avaliar muito bem a capacidade suporte do ambiente, para que não seja impactado os recursos naturais, tem que envolver a mão de obra local, diminuir o impacto social. Ganha parceiros locais e com isso você consegue beneficiar muito mais o trabalho. Inclusive, recentemente, há a proposta de concessão de várias Unidades federais, para uma grande empresa que já atuava em Foz do Iguaçu e que agora ganhou uma licitação para atuar em várias outras Unidades no Brasil. (SP – IEMA)

Eu vejo com bons olhos a exploração turística, mas ai depende de quem vai ganhar a concessão, tem que ser uma empresa bem capacitada, então pra isso o Termo de Referência tem que ser muito bem elaborado, muito bem amarrado, pra você trazer uma empresa idônea, de qualidade e que seja muito bem discutido. (**SP – IEMA**)

4.5 A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO PEPCV

Compete ao Decreto Estadual nº 4.422 de 1990 a desapropriação das áreas do PEPCV. Em relação à posse e o domínio da terra a realidade vista no PEPCV, assim como a maioria das Unidades, engloba espaços territoriais que são objeto de litígios judiciais sobre o direito de propriedade da terra. (ESPÍRITO SANTO, 2013)

As populações que ocupam a região do entorno das Unidades de Conservação comumente não tem registro legal de propriedade privada individual da terra, definindo apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de utilização comunitária, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente. (ARRUDA, 1999)

Sobre a posse e domínio da terra na Unidade de Conservação PEPCV um sujeito de pesquisa se manifesta alegando que a morosidade do Estado em resolver o problema vem contribuindo para comercialização de áreas do Parque, observem:

A regularização fundiária é um grande problema, tanto lá no Parque Estadual Paulo Cesar Vinha como no de Itaúnas. O Estado deixou negligenciado por 20 anos e agora, graças ao esforço de alguns servidores lá do IEMA, isso tá começando a encaminhar, até porque isso não depende só do IEMA, depende de outros órgãos do governo, como a procuradoria geral do Estado[...] Ela (regularização fundiária) ficou muito difícil porque teve a venda ilegal de lotes e tem lugares que você chega a ter três supostos

donos de uma mesmo área, então complica demais, mas isso é culpa do Estado que demorou pra resolver isso. (**SP – Diretoria do PEPCV**)

A regularização fundiária na Unidade de Conservação PEPCV vai ao encontro das afirmações de Soares (2002), quando diz que e a situação fundiária de cada Unidade de Conservação, no período do desenvolvimento de seu estudo, representava um dos maiores obstáculos à implantação e à gestão das áreas protegidas no Brasil. Enquanto algumas Unidades de Conservação tinham a posse da terra, outras conviviam com conflitos sobre a posse e o domínio das terras.

O principal ponto de conflito é que o Parque ainda não está 100% quitado. O Parque já foi, eu acho que 100% desapropriado, e nem todo mundo recebeu. Eu acho que só uns cinco por cento foi quitado. Os problemas estão ligados à documentação das propriedades, porque antigamente não era assim e quase ninguém tem toda a documentação certinha. Gera conflito tanto com pessoas de poder aquisitivo alto e isso dá pano pra manga, como tem gente bem mais simples que não possuía documentação da terra. Complicado. (SP – IEMA)

A regularização fundiária sempre foi ponto de conflito, ainda mais no começo, quando o Parque chegou, pois as pessoas estavam proibidas de fazer algumas coisas e tal, dois andares nas casas aqui do bairro, por exemplo, foram proibidos, só podia um, e teve gente que tinha até propriedade dentro do Parque, teve de abandonar o terreno e até hoje não receberam. (SC – Associação de Moradores)

Da mesma forma que a posse e o domínio da terra na Unidade de Conservação Paulo Cesar Vinha é uma questão conflituosa que implica na comercialização de terrenos do Parque a preservação ambiental no interior e entorno do Parque também são pontos de conflito. Esta inferência se apoia no depoimento de um conselheiro que representa o seguimento da sociedade civil no conselho.

A turma sai desmatando mesmo, sai arrancando pé de árvore e barranco, coisas que não deve fazer né? Isso tudo afeta a natureza. Eu como ceramista ficava falando com a turma daqui ó esse mato a gente não pode mexer, não pode tirar aquela vegetação dali. (SC – Associação de Moradores)

Tem lugares que o visitante tem um acompanhamento e é mais informado sobre o Parque, suas áreas e características, mas tem lugares aqui do Parque que não há acompanhamento algum e os visitantes tem relatado depredações, abandono e até mesmo assaltos no interior do Parque. (SP – IEMA)

4.6 PARCERA PÚBLICO-PRIVADA NA GESTÃO DO PEPCV

A parceria com a Rodosol, também conhecida como Rodovia do Sol aparece como ponto positivo tanto na fala do representante da sociedade civil como na fala da sociedade política, além disso, ambos segmentos também referem que existe um representante da Rodosol ativo no Conselho Gestor do PEPCV. Porém, vale citar que em contraposição as falas positivas em relação à parceria público-privada no PEPCV, tem-se a Rodosol e outras grandes empresas da região como um dos grandes causadores de impactos ambientais negativos a essa Unidade. E esses apoios à Unidade são vistos, em sua grande maioria, por serem exigidos por lei na estrutura política ambiental brasileira e, alguns poucos e de baixo aporte financeiro, são vistos como apoios voluntários, que visam estrategicamente divulgar e/ou resgatar uma imagem positiva da empresa na região.

[...] não só a Rodosol deve fazer. Tinha de haver incentivo de outras grandes empresas da região. A Rodosol participava, tinha um conselheiro deles lá que estava lá direto, sempre presente. (SC – Associações de Pescadores)

Tem a Rodosol né, eles tem um conselheiro e fazem algumas coisas pelo Parque, mas ainda é muito pouco, se você considerar o que ela fez e a força dessas empresas né. Ainda é muito pouco [...]. (SC – Associação de moradores)

[...] parceria? Tem lá a da Rodosol né e eu vejo como positivo, eu creio que esteja sendo positivo para a Unidade e eu não vejo nenhum mal interesse por parte deles, sinto que eles estão sempre dispostos a ajudar e eles tinham um representante lá no conselho e que participava de todas as reuniões, e que eu me lembre, eu não vi nenhum participação negativa por parte dele. (**SP – IEMA**)

Mas, pelo recente estudo de Tebaldi (2010), a expansão em mais de 90% da área da Rodovia ES 060, também denominada Rodovia do Sol, que margeia o PEPCV gerou diversos impactos sobre a fauna e flora local. Pode-se observar ainda hoje, que na porção próxima ao pedágio da rodovia, onde foi instalado seu canteiro de obras, a vegetação ainda não se recuperou completamente, sendo mais uma área de solo exposto e em lenta recuperação

Ainda em relação à parceria com o setor privado os entrevistados e representantes da sociedade política referem que mesmo investimentos involuntários (exigidos por Lei), tem trazido benefício para a Unidade, quando dizem:

Sim, existem investimentos privados no Parque, principalmente o involuntário, com o cumprimento de condicionantes e medidas compensatórias, e isso traz muitos

benefícios para o Parque, a gente vê projetos de recuperação. Agora, investimentos voluntários a gente também vê alguns apoios né, através de procura nossa mesmo também né, aonde o Parque às vezes procura empresas para apoio em eventos. Isso acontece esporadicamente e, é mais com empresas da região, porém funciona mais como um apoio, não são grandes verbas. (SP – IEMA)

A Rodosol ajuda bastante. Tem a própria Samarco que, mesmo não sendo assim tão perto, é uma empresa que colabora também, o próprio ônibus pros eventos do parque é a empresa que fornece. Se não me engano a Rodosol vai construir com o novo centro de visitantes do parque. São ações que tem sido positiva para o parque, mesmo que alguns venham por conta da Lei né, mas ainda sim tem trazido benefícios. A Rodosol passou o cabo da net à beira da estrada e vai fornecer a internet para o Parque por não sei quanto anos gratuitamente também. (SP – IEMA)

Em relação à participação das ONGs na gestão do Parque os representantes da sociedade civil não se manifestaram sobre o tema. Já os representantes da sociedade política referem os diferentes momentos de atuação das ONGs no cenário nacional.

No passado quando existia muito pouco investimento do Estado e a própria legislação não era tão forte, se buscava mais, e a gente tem exemplos tanto lá no Parque de Setiba como no Parque de Itaúnas, de projetos em que o gestor, junto a ONG's, inclusive as internacionais, captava recursos. Até mesmo grandes empresas como a Fibria, que era mal vista na região, eram buscadas para dar um apoio. Hoje em dia há muito mais formas de obter os recursos e a própria compensação ambiental é um exemplo disso. (SP – Chico Mendes)

No período em que eu trabalhei lá eu não sentia que as ONG's estavam muito fortalecidas e elas eram formadas, principalmente, por pessoas de mais idade, sem muita articulação e sem muito conhecimento técnico, e que hoje em dia é necessário para ações mais fortes né. Hoje em dia para você captar um recurso você tem de escrever um bom projeto, ter pessoas técnicas envolvidas e as ONGs tem. (SP – IEMA)

Tem duas ONG's que eu sei que participam do conselho né, tem a Sinhá Laurinha e tem a outra lá, a Força Verde, e das reuniões que eu participei, que eu me lembre, eu não recordo de grandes ações, mesmo fazendo um bom trabalho como a Sinhá Laurinha que faz um trabalho com os animais atropelados. Mas na tomada de decisões mesmo eu vejo pouco. (**SP – IEMA**)

As entrevistas acima reforçam o que Gohn (2011) fala os diferentes momentos de atuação das ONGs no Brasil que passaram por diferentes processos que acompanharam as conjunturas sociais e políticas que se sucederam desde sua origem. Atualmente devido à institucionalização, estes organismos ganharam maior visibilidade, recursos dos cofres públicos e também começam a ser enquadradas legalmente.

A partir dos anos 2000 a Lei do Terceiro Setor define, em termos legais, uma prática de parceria que vinha acontecendo informalmente entre Governo e ONGs redefinindo também as ações dos atores sociais dentro das ONGs. Ao situar as ONGs como parte do Terceiro Setor, a desloca de sua atuação política de contestação e resistência ao modelo capitalista dominante como um traço marcante da sua história por meio de um processo de despolitização que visa retirar qualquer conotação política de sua identidade.

Gohn (2011) vai mais além sobre essa parceria alegando que essa tendência se apoia nas novas orientações voltadas para desregulamentação do papel do Estado na economia e, na sociedade como um todo. Ou seja, é o Estado transferindo suas responsabilidades para os setores organizados da sociedade.

Uma questão é o próprio formato de organização destes movimentos (ONGs, OS, etc.) onde as novas ações coletivas priorizam poucos e, bem capacitados militantes e, a outra questão é a conjuntura política do país de incertezas, medo da violência, descrença nos valores da participação. Essa contradição aumenta quando observamos que a democratização das políticas públicas, no sentido, de acesso, da qualidade dos serviços prestados e do controle na utilização das verbas públicas, depende em grande medida do envolvimento de atores significativos e participativos no seio da sociedade civil.

Como dito anteriormente há autores como Petras (1990) e Moller (1991) que criticam as organizações não-governamentais por promoverem a profissionalização do exercício da cidadania, que reduziria sua capacidade de agir autonomamente, sem o apoio das ONGs. Herculano (2000), por outro lado, sustenta que não se pode negar que, onde faltam bens públicos ligados aos benefícios produzidos pela ação dessas organizações, para as populações representam ganhos substantivos cujo valor é difícil desqualificar.

4.7 O ENTENDIMENTO DOS CONSELHEIROS SOBRE O CONTROLE SOCIAL NO PEPCV.

Vários autores dão a sua interpretação sobre o termo controle social a partir dessa perspectiva. Para Carvalho (1995, p. 8), "controle social é uma expressão de uso recente e corresponde a

uma moderna compreensão da relação entre o Estado e a sociedade, onde à sociedade cabe estabelecer práticas de vigilância e controle sobre o Estado".

Tanto para representantes da sociedade política como para representante da sociedade civil a participação da sociedade civil na gestão do Parque foi considerada um avanço em termos de democracia participativa.

[...] um dos grandes avanços que eu vejo, por exemplo, é na questão da participação social. Essa questão vem sendo tratada muito no âmbito federal e os estados vem buscando também trabalhar o caso [...]. Aqui no Espírito Santo, a gente já vem a alguns anos tentando trabalhar com isso lá no IEMA, com a gestão participativa. (SP – IEMA)

Eu morei ao lado do parque por dez anos né e eu acompanhei muita coisa e teve muita mudança mesmo. No começo a rejeição era muito grande em relação ao parque. A gestão do parque ainda não tinha uma relação com a comunidade [...] as pessoas não podiam construir uma casa de dois andares, ta na lei da APA, e as pessoas não tinham consciência de que aquilo ali era uma Unidade de Conservação e que era importante e tal e ai embargavam a casa, ai já viu né a revolta era grande. (SC – Associação de Moradores)

[...] com o passar do tempo, com as políticas que o parque foi implantando, de aproximação, de levar as pessoas ao parque, de conversar com a comunidade e dar palestras tanto no parque como na comunidade. Eu mesmo cheguei a receber muitas ligações de pessoas da comunidade denunciando caçador, então era a população denunciando pessoas que estavam pondo fogo, caçando e etc. Eles passaram a comprar a briga e o parque conseguiu se aproximar da comunidade. (SP – IEMA)

Já para outro representante da sociedade política a participação em conselhos de um modo geral demanda dedicação e tempo, e a participação nestes espaços se dá mais nos momentos de necessidade dos seguimentos em questão.

[...] a gente vê a dificuldade de envolvimento, pois muitas vezes as pessoas se envolveram quando precisavam. Para fazer parte do conselho é necessário tempo, dedicar algum tempo. (SP – IEMA)

Na fala destes representantes da sociedade civil extraímos que a participação dele no conselho se apoia mais nos pressupostos da democracia consultiva, uma vez que refere não participar das decisões.

Eu acho que eles deveriam chamar mais os pescadores para fazer parte das reuniões e não só chamar, deixar participar das decisões também é muito importante. (SC - Associação de Pescadores)

Eu vejo que o conselho ainda é pouco decisivo né, mesmo sendo um conselho deliberativo, ainda falta muito para que ele tome as régias, para que auxilie na tomada de decisões mesmo. As reuniões que eu participava, era muito debate e pouca ação. Discutia-se muito, mas pouca decisão era tomada. (SC - Associação de Moradores)

Este fragmento de entrevista vai ao encontro do que dizem Jacobi e Barbi (2007) quando analisam os pressupostos da democracia nos Conselhos e referem que na democracia consultiva a sociedade é consultada sobre uma proposta política previamente elaborada pelo poder público. Já na democracia participativa a proposta ou regulamentação de uma política pública deve ser construída em conjunto com a sociedade.

A fala dos dois entrevistados abaixo, nos remete ao pensamento de Gramsci sobre o significado de hegemonia como domínio, em outras palavras, é a forma estatal assumida pela hegemonia.

A antiga diretoria dizia que era vantajoso a gente participar, mas pra mim era perda de tempo e tinha reuniões ali que não valia de nada, porque quem manda mesmo ainda é o governo. (SC - Associação de Moradores)

As decisões mesmo são tomadas pelo gestor do parque, aliás pelo IEMA né, pelo Governo. (SC – Associação de Moradores)

[...] a gente tentava chegar num consenso e se não houvesse consenso a gente ia para a votação e ai as pessoas tinham de acatar a decisão e isso não é tão fácil assim. (**SP - IEMA**)

Quando os sujeitos foram estimulados a falar sobre os conflitos durante as reuniões do conselho eles se manifestam referindo que os conflitos acontecem por diversidade de ideias, por conflitos em função da cultura artesanal da pesca e, o mais marcante refere-se às questões da regularização fundiária do Parque e suas consequências na desapropriação.

Os problemas estão ligados à documentação das propriedades, porque antigamente não era assim e quase ninguém tinha a documentação certinha. Então isso ainda gera muito conflito. Gera conflito com pessoas de poder aquisitivo alto e isso da pano pra manga tem também pessoas mais simples que não possuem documentação. Tinha comércio e tudo. Foi tudo desapropriado. (SP – IEMA)

[...] eu já vi alguns conflitos entre representantes do poder público e da sociedade civil, mais eram suaves, nada muito gritante, diversidade de ideias e de opiniões gera conflitos, mas nada muito sério, nada fora do normal. (**SP – IEMA**)

Eu sou até novo aqui, mas esse senhor aqui, por exemplo, mora aqui há 50 anos e conhece isso como se fosse o quintal da casa dele, então eu acho que ninguém pode chegar assim e tomar uma área do nada, sem falar nada com você e eles fizeram muita

coisa aqui. Infelizmente é isso que tem acontecido né, não só aqui, eles querem acabar com o pescador artesanal, deixar só as industrias né, e assim eles podem cobrar o que quiser, mas eles esquecem que o pescador artesanal respeita mais a natureza e alimenta muitas e muitas famílias daqui ta. Então é isso. (SC Associação de Pescadores)

[...] havia alguns conflitos sim, conflitos de ocupação, alguns regulares, outras irregulares e essa questão de regularização do terreno, existiam conflitos. Na verdade existia uma equipe, uma câmara técnica para tratar exclusivamente desse assunto [...]. (SP – IEMA)

Observa-se que nos dois últimos depoimentos, a correlação de forças entre os seguimentos representados no Conselho se dá em função de interesses distintos. Um exemplo pode ser o dos pescadores, que reivindicam para si a manutenção da pesca artesanal na região, sob a alegação de que já faziam o uso regular da área há anos e também por considerar que a pesca industrializada, que beneficia financeiramente o Estado, tem degradado mais o meio ambiente do que a pesca artesanal.

Por outro lado, o representante da sociedade política, mesmo admitindo o uso regular da terra, reivindica para o Estado a posse e domínio da terra ocupada por moradores do entorno do Parque.

Estas questões reforçam o entendimento de que os representantes da sociedade política no Conselho representam os interesses do Estado, portanto, se configuram como a classe dominante. Já os representantes da sociedade civil representam os interesses da sociedade, que pela fragmentação na sua forma de organização se configuram na classe dominada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa de dissertação de mestrado em **Políticas Públicas e Desenvolvimento Local** tiveram como objeto analisar o controle social sobre a política ambiental, mais especificamente o controle social na Unidade de Conservação PEPCV, partindo do entendimento de que ampliar o controle social é criar condições para a participação do cidadão, e assim contribuir para a ruptura da cultura política dominante que permeia o desenvolvimento dos Estados capitalistas, como se configura o Brasil na atualidade.

Estudos que realizam a avaliação de políticas públicas possuem um importante valor social para o país, pois se traduzem em indicadores para as ações, permitem decisões com maior possibilidade de acertos e promovem a otimização dos gastos públicos. Isso, se levarmos em consideração o baixo aporte financeiro que o Estado brasileiro direciona para as Unidades de Conservação, esse valor é ainda maior.

Fora o baixo aporte financeiro nessas áreas, tem-se um país de grande extensão territorial e, no caso da Mata Atlântica, outro agravante é a localização desse bioma, que divide espaço com a região mais populosa e industrializada do Brasil. De fato o país enfrenta grandes desafios gerenciar e fiscalizar suas áreas naturais legalmente protegidas, sem se esquecer de considerar questões econômicas e sociais. A Política Nacional de Unidades de Conservação tem uma proposta assertiva em relação à gestão participativa, porém é preciso, contudo, monitorar a implementação efetiva dessa proposta.

Órgãos internacionais em parcerias com o Estado brasileiro já realizam a medição da efetividade de gestão em Unidades de Conservação. Essas ferramentas, mesmo produzindo excelentes indicadores para formulação de políticas públicas, ainda hoje não são monitoradas.

Além do mais, nota-se que algumas singularidades que interferem diretamente na implementação efetiva das políticas propostas para a Unidade de Conservação, como: as dificuldades para a conformação do conselho, os obstáculos da construção coletiva, a troca excessiva de gestores, os empenhos individuais e as forças políticas, por exemplo, não podem ser expostas por essas ferramentas. É preciso, também, contudo, obter informações das condições em que o grupo diretamente influenciado por tal política se encontra. A avaliação de

políticas públicas também deve se traduzir em ganhos para os usuários dos sistemas de serviços públicos.

Entende-se que a metodologia utilizada foi apropriada e possibilitou o alcance dos objetivos propostos que foram: à identificação da situação de posse e domínio da terra durante o movimento histórico de criação do PEPCV e o seu desdobramento sobre a população da localidade; a avaliação do incremento do controle social nas políticas ambientais e na criação das Unidades de Conservação e; a partir da relação entre sociedade civil e sociedade política no Conselho discutir como se dá o controle social na efetiva participação dos representantes que compõem o Conselho Gestor do PEPCV.

Os resultados apontam que apesar dos avanços observados na Política Ambiental brasileira, em geral, e nas Políticas voltadas para a Unidade de Conservação PEPCV, em particular, as ações do Conselho ainda são pouco efetivas na prática social, uma vez que se observa no cenário eleito para o estudo: o aumento da especulação imobiliária, um reduzido contingente de recurso pessoal, um baixo aproveitamento do seu potencial turístico, fora os relatos de assaltos, da extração ilegal de areia e de exemplares da vegetação nativa e as práticas de queimadas, caça e pesca ainda vistas no interior e entorno do PEPCV.

Nota-se no estudo que a comunidade do entorno têm sido estimulada por ações de Educação Ambiental por colaboradores do Parque, uma vez que reconhecem as ações implementadas pelo Estado nos bairros e escolas que circundam a Unidade. Dentre as ações de Educação Ambiental, investigou-se o conhecimento dos conselheiros sobre as ações do projeto "Últimos Refúgios". Os conselheiros ainda hoje associam o nome do biólogo Paulo à área do Parque.

Há representantes que questionam a falta de autonomia do conselho, reclamam da constante troca de gestores e afirmam que isso prejudica a continuidade das ações, que segundo eles também reduziu muito, havendo poucos e esparsos encontros. Outra percepção identificada nesse estudo corresponde a perceptível queda na reatividade da militância ambiental local, fato antes relatado como bastante reativo. Essa percepção sobre as ONG's locais confere com a avaliação no histórico das ONG's brasileiras relatada nesse estudo.

Há representantes do Conselho que não tem consciência sobre a importância dessa Unidade e há aqueles que estão desestimulados em participar do Conselho, isso graças às dificuldades da construção coletiva ou por se julgarem incapazes frente ao poder do Estado. Outra questão que se configura em problemas para a Unidade é a dinâmica de ocupação do entorno e a regularização fundiária, motivos de preocupação para a administração do Parque devido a permanente aparição de novos empreendimentos imobiliários e até mesmo industriais.

Os resultados apontam que a composição do Conselho Gestor segue os princípios democráticos, porém com dupla interpretação de seu caráter, que ora a refere como democracia consultiva e ora como democracia participativa. Mas, independentemente de seu caráter o Conselho Gestor é considerado o espaço de discussão pública do funcionamento de uma Unidade de Conservação, aproximando-se do pensamento de Antônio Gramsci, na conformação da democracia quando o pressuposto é a relação entre a sociedade civil e sociedade política.

Os maiores conflitos da relação entre sociedade civil e sociedade política durante as reuniões do Conselho acontecem por diversidade de ideias, em função da cultura artesanal e da regularização fundiária principalmente. Pescadores reivindicam para si a manutenção da pesca artesanal, sob a alegação de que historicamente tem a posse da terra. Enquanto os técnicos do Poder Público que compõem o Conselho defendem tanto a regulação da pesca quanto a regularização fundiária por parte do Estado. Os moradores do entorno do Parque entendem que defendem os interesses do Parque, uma vez que exercem a função de vigilantes voluntários. Já os representantes da sociedade política, mesmo admitindo o uso regular da terra, reivindicam para o Estado a posse e domínio da terra.

Nessa correlação de forças os representantes da sociedade política no Conselho representam os interesses do Estado, portanto, se configuram como a classe dominante. Já os representantes da sociedade civil representam os interesses da sociedade, que pela fragmentação na sua forma de organização se configuram na classe dominada.

Pretende-se com este estudo ampliar conhecimento e estimular novas investigações sobre o tema a partir da divulgação dos resultados. O autor desse estudo, por fim, agradece e manifesta a sua admiração pelos Conselheiros, que como cidadãos, dedicam seu tempo, independente das dificuldades, interesses e representação, vem contribuindo não só para o difícil exercício da democracia no Brasil, como para a preservação de uma Unidade de Conservação que representa uma pequena realidade no vasto cenário nacional.

6 REFERÊNCIAS

2000.

ARRUDA, R. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, Ano 2, n. 5, p. 79-92, 2° Semestre, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a07.pdf>. Acesso em: 14 mar 2012.

BENAYAS, J. **Paisaje y educación ambiental**: evaluación de cambios de actitudes hacia el entorno. 1992. 243 p. Tese (Doutorado em Ecologia). Universidad Autonoma de Madrid, MPOT, Madrid, 1992.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. 1994. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto, Porto Editora, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais**: meio ambientes, saúde. Brasília, DF: Secretária de Educação Fundamental, 1997. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro091.pdf >. Acesso em: 05 nov. 2010.

COMITÊ BRASIL EM DEFESA DAS FLORESTAS E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Código florestal e a ciência**: o que nossos legisladores ainda precisam saber. Brasília-DF: Comitê Brasil, 2012.

Ministério do Meio Ambiente. Identidades da educação ambiental brasileira.
Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2004. Disponível em:
http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/livro_ieab.pdf >. Acesso em: 21 out.
2011.
O corredor central da mata atlântica: uma nova escala de conservação da
biodiversidade. Brasília, DF: Fundação SOS Mata Atlântica, 2006.
Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da
mata atlântica e campos sulinos. Brasília, DF: MMA/SBF, 2010.
Relatório parametrizado de unidades de conservação inscritas no
cadastro nacional de unidades de conservação. Brasília, DF, MMA/SBF, 2012.
BRITO, M. C. W. Unidades de conservação : intenções e resultados. São Paulo: Anablume,

CAVALCANTI, C. Government policy ecological concerns: some lessons from the Brazilian experience. In: COSTANZA, R. (Org.). **Ecological economics**: the science and management of sustainability. New York: Columbia University Press. p. 474-85.

CARNEIRO, S. M. de S. (2004), **Novas peregrinações brasileiras e suas interfaces com o turismo**. Ciencias Sociales y Religión (6), pp. 71-100. 2004.

CARVALHO, V. S. **Educação ambiental e desenvolvimento comunitário**. Rio de Janeiro: Wak, 2002.

CARVALHO, R. V.; SILVA, K. G.; BECKENKAMP, P. R. C.; MESSIAS, L. T. Gestão ambiental no sistema de dunas costeiras: área de preservação permanente, do balneário Cassino. In: SIMPOSIO DE ÁREAS PROTEGIDAS CONSERVAÇÃO NO ÂMBITO DO CONE SUL, 2, 2000. Rio Grande do Sul, **Anais...** Rio Grande do Sul, 2000. p. 273-279.

CARVALHO, I. C. M. Educação ambiental e movimentos sociais: elementos para uma história política do campo ambiental. **Educação: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 9, n. 16/17, p. 46-56, 2001.

CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 4, 2004. Curitiba. **Anais...** Curitiba: Fundação Boticário de Proteção à Natureza, 2004.

CORREIA, M. V. C. **Desafios para o controle social**: subsídios para a capacitação de conselheiros. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

COUTINHO, C. N. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

HERMAN, E.D.; JOHN JUNIOR, B. C. For the common good: redirecting the economy toward community, the environment, and a sustainable future. 2. ed. Boston: Beacon Press, 1989.

DIAS, R. Turismo sustentável e meio ambiente. São Paulo: Atlas, 2003.

ESPÍRITO SANTO. Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Parque Estadual Paulo César Vinhas**. Cariacica: IEMA, 2005. Folder.

Unidades de conservação administrada pelo IEMA, PEPCV e APA de
Setiba. Disponível em: http://www.iema.es.gov.br/default.asp?pagina=3894%20 . Acesso
em: 10/10/2007.

____. ___. **Relatório técnico de elaboração do plano de manejo**. Vitória, ES: IEMA. 2007.

FIORI, A. D. Ambiente e educação: abordagens metodológicas da percepção ambiental voltadas a uma unidade de conservação. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, Brasil, 110pp. 2002.

GOHN, M. G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 3. ed. S. Paulo: Cortez, 2007.

GONÇALVES, C. P. **Paixão da terra**. Rio de Janeiro, Rocco, 1984.

GRAMSCI, A. Concepção dialética da história. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HERCULANO, S. ONGs e movimentos sociais: a questão de novos sujeitos políticos para a sustentabilidade. In: HERCULANO, S. (Org.). **Meio ambiente**: questões conceituais. Niterói: Pós-Graduação em Ciências Ambientais da UFF - Riocor, 2000. p. 123-155.

HOCHMAN, G. (Org.). Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro. FIOCRUZ, 2007.

O INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Roteiro metodológico de planejamento**: parques nacionais, reserva biológica, estação ecológica. Brasília, DF: Diretoria de Ecossistemas/DIREC do IBAMA, 2002.

JACOBI, P. R.; BARBI Fabiana. Democracia e participação na gestão de recursos hídricos no Brasil. **Rev Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 237–44. Jul./dez. 2007.

_____. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Autores Associados, n. 118, p. 189-205, 2003.

JACOBI, C. M.; FLEURY, L. C.; ROCHA, A. C. C. L. **Percepção ambiental em unidades de conservação**: experiência com diferentes grupos etários no Parque Estadual da Serra do Rola Moça, MG. Belo Horizonte: Anais do 7º Encontro de Extensão da UFMG, 2004. p. 01-07.

KONDER, L. O que é dialética. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.

LAGOS, A. R.; MULLER, B. L. A. Hotspot brasileiro: Mata Atlântica. **Saúde & Ambiente em Revista**, Duque de Caxias, v. 2, n. 2, p 35-45, jul./dez. 2007.

LEITE, J. R. M. **Dano ambiental**: do individual ao coletivo extrapatrimonial. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

LEWINSOHN, T. M.; PRADO, P. I. **Biodiversidade brasileira**: síntese do estado atual do conhecimento. São Paulo: Ed. Contexto, 2002.

LOBINO, C. F. **As entidades associativas não-governamentais e o monocultivo do eucalipto no Espírito Santo**. 2008. 201f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

LOPES, J. S. L. Sobre os processos de ambientalização dos conflitos e sobre dilemas de participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006.

LUTZENBERGER, J. Meio ambiente e política tecnológica: uma revisão de idéias. In: **Anais** da 2ª Reunião da SBPC Blumenau, p. 14-32, 1985.

MATTOS, S. M.; DRUMMOND, J. A. O terceiro setor como executor de políticas públicas: ONG's ambientalistas na Baía de Guanabara (1990-2001). **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 24, p. 177-192, jun. 2005.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MITTERMEIER, A. R. et al. A Brief History of Biodiversity Conservation in Brazil. **Conservation Biology**, Florida, v. 19, n.3, p. 601-7, 2005.

MERÇOM, L. Últimos refúgios: Parque Estadual Paulo César Vinha. Vitória, ES, 2011.

MEDEIROS, R. et al. **Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional**: sumário executivo. Brasília, DF: UNEP-WCMC, 2011.

MOLLER, A. Organização popular e clientelismo internacional. **Cadernos do CEAS**, Niterói, v. 133, p. 123-155 maio/jun. 1991.

MORELLO, T. F. Coletânea de textos sobre a reforma do código florestal brasileiro. **Revista Visão Agrícola**, Piracicaba, v.10, ano 7, jan./abr. 2012.

OLIVEIRA A. M. S. Relação homem/natureza no modo de produção capitalista. Número 11, abril de 2002. Maringá, 2002. (www.espacoacademico.com.br/11thomaz.htm).

PADOVAN, M. P. **Certificação de unidades de conservação**. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2003.

PASSOS, A. C. D. **O ambientalismo como espaço histórico e político da educação ambiental**: sentidos produzidos. Dissertação (Mestrado Programa de Pós-graduação em Educação) UFES, Vitória/ES, 2005.

PEPPER, D. **Eco-socialism**: from deep ecology to social justice. London: Routledge, 1996.

PEREIRA, O. J.; Caracterização fitofisionômica da restinga de Setiba – Guarapari, ES. In: **Anais do II Simpósio de ecossistemas da costa sul e sudeste brasileira**. Estrutura, função e manejo. V.3, ACIESP, São Paulo, 1990.

PORRIT, R.J. (1997). Listeria monocytogenes. In: Hocking, A.D.; Arnold, G.; Jenson, I.; Newton, K. & Sutherland, P. (Eds) Foodborne Microrganisms of Public Healt Significance. 5the Ed. Australian Institute of Food Science and Technology Inc. (AIFST), NWS Branch, Food Microbiology Group. Australia. p. 335-378.

PERNAMBUCO, S. C. Reserva legal no código florestal brasileiro e na legislação ambiental paulista. **Cadernos de Direito**, Piracicaba, v. 1, n. 20, p. 125-34, jan./jun. 2011.

PETRAS, J. A. Metamorfose dos intelectuais Latino-Americanos. **Revista Novos Rumos**, São Paulo, v. 5, n. 18/19, p. 67-71, 1990.

RAMOS, M. H. R. **Desenvolvimento sustentável numa perspectiva crítica**. Disponível em: http://www.redecomunaverde.org/rede/index.php?option=com_content&view=article&id=6 8:desenvolvimento-sustentavel-numa-perspectiva-critica&catid=34:site.> Acesso em: 01 dez. 2011.

SANTOS, A. A. B. **Conflitos ambientais em unidades de conservação**: dilemas da gestão territorial no Brasil. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales Universidad de Barcelona. 2012.

SAARINEN, T. F. Perception of environment e Association of Americana Geograph College Geographuy. Washington: Ed. Association of American Geographers, 1969.

SEIBEL E.J. Unidade de Conservação do Parque Estadual Paulo Cesar Vinha e Participação Comunitária. Monografia apresentada para obtenção de título de Pós Graduação ao Departamento de Geociências da Universidade Federal do Espírito Santo, 1995.

SOARES, R.V.; SANTOS, J. F. Perfil dos incêndios florestais no Brasil de 1994 a 1997. **Floresta**, Curitiba, v. 32, n. 2, p. 219-25, 2002.

SHUTTLEWORTH'S. The use of photographs as environmental presentation medium in landscape studies. **Journal of Environmental**, North-Holland, v. 11, p. 61-76, 1980.

TABARELLI, M. et al. Challenges and Opportunities for Biodiversity Conservation in the Brazilian Atlantic Forest. Florida: Conservation Biology, 2010.

VAN MAANEN, J. Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface. **Administrative Science Quarterly**, New York, v. 24, n. 4, p. 520-26, Dec. 1979.

VIOLA, E. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n 3, 1987.

YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann; FAUSTO, José Ricardo Brun. Valoração de recursos naturais como instrumento de análise da expansão da fronteira agrícola na Amazônia. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1997.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO SEMI ESTRUTURADO

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE

CATEGORIA I – MOTIVAÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO NO CONSELHO GESTOR PEPCV

- 1. Nome Completo
- 2. Trajetória Profissional (profissão, histórico de ocupação do cargo, etc.)

CATEGORIA II - PERCEPÇÃO SOBRE AS POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL

- 3. Como você percebe as políticas de gestão das Unidades de Conservação no país? Quais os avanços e fragilidades?
- 4. O que você acha da parceria do público com o privado na gestão das Unidades de Conservação no Brasil? Como você percebe o interesse do sistema privado nas Unidades de Conservação?

CATEGORIA III - A PERCEPÇÃO DO PEPCV PARA AS COMUNIDADES DO ENTORNO

- 1. Fale sobre as lutas de Paulo Cesar Vinha na defesa da área de preservação, onde hoje corresponde ao PEPCV?
- 2. Fale sobre o Plano de Manejo do PEPCV. Participou da elaboração. Ele foi elaborado de forma participativa. Como Cite pontos fortes e fracos do Plano.
- 3. Existe algum investimento da iniciativa privada no PEPCV?
- 4. Como você percebe a relação da população de quem vive no entorno com a diretoria do PEPCV? E qual a relação com as escolas do entorno
- 5. Fale sobre o turismo no PEPCV e no seu entorno?
- 6. Você conhece o Projeto Últimos Refúgio? Fale sobre ele?
- 7. Cite algumas ações de educação ambiental desenvolvidas pela diretoria do PEPCV. Quais os projetos futuros?

CATEGORIA IV – AVALIAÇÃO DO CONTROLE SOCIAL NA GESTÃO DO PEPCV

- 1. Como você percebe a atuação do Conselho PEPCV?
- 2. Como você percebe a participação das ONGs, associação de moradores, associação de pescadores no Conselho Gestor do PEPCV?
- 3. Como é relação em entre os conselheiros no Conselho gestor do PEPCV?
- 4. Fale sobre as reuniões do Conselho. Freqüência de reuniões, Temas tratados, Ações. Existem atividades que envolvam os conselheiros fora das reuniões:
- 5. Você identifica algum ponto de conflito entre os representantes do governo e movimentos sociais durante as reuniões do Conselho?
- 6. Como está a situação da regularização fundiária do PEPCV:

- 1	

APÊNDICE B - TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

APÊNDICE B

ESUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE VITÓRIA PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO

LOCAL TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO

PrezadoSr/Sra

Por meio deste instrumento, venho dar ciência e convidá-lo a participar de minha pesquisa cujo título é o controle social na Unidade de Conservação Parque Estadual Paulo Cesar Vinha, sediada no Estado do Espírito Santo. Os objetivos da pesquisa são: Estudar o exercício do controle social sobre as políticas ambientais vigentes no PEPCV, para tanto foram traçados os seguintes objetivos: identificar o desdobramento do controle social nas políticas ambientais e na criação das unidades de conservação a partir da relação entre sociedade civil e sociedade política; analisar o movimento histórico de criação do Parque Estadual Paulo Vinha no contexto das lutas ambientalista no Espírito Santo e discutir o controle social na Unidade de Conservação no Parque Estadual Paulo Vinha a partir da participação dos representantes da sociedade civil e sociedade política no Conselho do Parque Estadual Paulo Vinha. Sua participação nessa pesquisa constituirá em uma entrevista sobre o tema estudado. Seu depoimento será gravado e depois de transcrito. A sua participação é voluntária e sua recusa não terá nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador. Não haverá nenhuma compensação ou reembolso financeiro por sua participação. Não haverá riscos em sua participação nessa pesquisa sendo os benefícios da mesma a construção do conhecimento sobre o tema em estudo. Os resultados da pesquisa poderão constar em publicações em periódicos e eventos científicos. Você recebera uma cópia deste termo onde consta o telefone e o meu endereço eletrônico e do Comitê de Ética, onde o projeto de pesquisa foi submetido, para contato caso dúvida. Declaro estar ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer tipo de punição ou constrangimento.

Vitória,	de	20
Ass		

Contatos: pesquisador – 99772146 <u>rafael_apt@hotmail.com</u> Comitê de ética: (27) 33343586 comite.animais@emescam.br